

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM PATRIMÔNIO CULTURAL

Marcos Márcio Presser

**SÍTIO ARQUEOLÓGICO ABRIGO CAPIVARA I (ABRIGO RS-C-43):
RESGATE DE SUA HISTÓRIA E A CONTRIBUIÇÃO PEDAGÓGICA
PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE
LINDOLFO COLLOR**

Santa Maria, RS
2023

Marcos Márcio Presser

**SÍTIO ARQUEOLÓGICO ABRIGO CAPIVARA I (ABRIGO RS-C-43):
RESGATE DE SUA HISTÓRIA E A CONTRIBUIÇÃO PEDAGÓGICA PARA AS
ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE LINDOLFO COLLOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Orientador: Prof. Dr. André Luís Ramos Soares

Santa Maria, RS
2023

Presser, Marcos Márcio

SÍTIO ARQUEOLÓGICO ABRIGO CAPIVARA I (ABRIGO RS-C-43;
RESGATE DE SUA HISTÓRIA E A CONTRIBUIÇÃO PEDAGÓGICA PARA
AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE LINDOLFO
COLLOR / Marcos Márcio Presser.- 2023.

86 p.; 30 cm

Orientador: André Luís Ramos Soares

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, RS, 2023

1. Arqueologia 2. Educação 3. Jogos 4. Patrimônio
material I. Soares, André Luís Ramos II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, MARCOS MÁRCIO PRESSER, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.



Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Coordenação do Programa/Curso de PG Profissionalizante em Patrimônio Cultural-
Mestrado

ATA DE DEFESA - PROCESSO Nº 23081.142444/2023-69

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às dezessete horas, na sala Google meet meet.google.com/qoe-jxiy-ajo, realizou-se a prova de Defesa de Dissertação, intitulada **SITIO ARQUEOLÓGICO ABRIGO CAPIVARA I (ABRIGO RS-C-43: O RESGATE DE SUA HISTORIA E A CONTRIBUIÇÃO PEDAGÓGICA PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE LINDOLFO COLLOR**, de autoria do(a) Candidato(a) **MARCOS MARCIO PRESSER (202170100)**, aluno(a) do Programa de PG Profissionalizante em Patrimônio Cultural- Mestrado, em nível de Mestrado. A Comissão Examinadora esteve constituída pelos professores: ANDRE LUIS RAMOS SOARES Presidente, ANSELMO ALVES NEETZOW, e JAIRO HENRIQUE ROGGE. Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, o(a) candidato(a) foi **APROVADO** pela Comissão Examinadora. Foi concedido um prazo de (30) dias, para o(a) candidato(a) efetuar as correções sugeridas pela Comissão Examinadora e apresentar o trabalho em sua redação definitiva, sob pena de não expedição do Diploma. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão.

Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIS RAMOS SOARES
Data: 01/12/2023 17:53:05-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

ANDRE LUIS RAMOS SOARES

Documento assinado digitalmente
ANSELMO ALVES NEETZOW
Data: 01/12/2023 16:32:03-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

ANSELMO ALVES NEETZOW,

Documento assinado digitalmente
JAIRO HENRIQUE ROGGE
Data: 01/12/2023 17:06:09-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

JAIRO HENRIQUE ROGGE

() Por sugestão da Comissão Examinadora, o novo título passa a ser:

.....
.....
.....

() Declaração:

À PRPGP

Certifico que o(a) discente cumpriu com as exigências da Banca de Defesa do Trabalho de conclusão e do Regimento Interno dos Programas de Pós-Graduação da UFSM.

Em ____/____/____

Coordenador(a) do Programa de PG:

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de empatia, é mostrar de forma despretensiosa o quanto as pessoas são importantes na sua vida e “principalmente durante a **caminhada** no mestrado profissional”. Difícil é expressar em palavras a gratidão, as pessoas que de uma forma ou outra contribuíram para que esses dois anos pudessem ser enriquecedores na busca pelo conhecimento. Antes de tudo, quero agradecer a Deus, pois ele sempre esteve presente sendo luz nos momentos difíceis e generosos ao mostrar o caminho correto até aqui.

Aos meus pais Ênio e Soeli Presser, que sempre incentivaram e incentivam os seus filhos a estudarem, pois para eles, o estudo é fundamental para formação e caráter do ser humano. Aos meus irmãos Jônatas e Artur que mesmo nos momentos mais desafiadores me passaram palavras de conforto e incentivo. As minhas cunhadas, professoras Dirlene e Beverle, que me incentivaram a fazer o mestrado, já gostam muito da sua profissão e isso contagia todos.

Especialmente a minha esposa Tatiana e minha filha Sofia, que sempre estiveram presentes nesta **caminhada**. A minha esposa Tatiana que foi incansável, mesmo nos momentos complicados e de desânimo, sempre me apoiou mostrando generosidade e empatia quando muitas vezes estava imerso nos estudos. A Sofia, minha filha, que foi paciente e entendeu quando muitas vezes estava mais distante devido aos estudos.

A equipe da SMECET de Lindolfo Collor e a equipe diretiva da escola Walter Herrmann, que contribuíram na realização do mestrado e quando foram generosos em alguns momentos que me ausentei para estudo e pesquisas do mesmo.

Em especial também ao Prof. Dr. André Luis Ramos Soares, meu orientador, um professor excepcional, que ama o que faz. Sempre esteve disposto a ajudar, auxiliando sempre que necessário.

A Universidade Federal de Santa Maria, uma universidade gratuita e de qualidade, que através da Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, cursei meu Mestrado profissional, é um privilégio ainda para poucos.

E que a todos de que uma forma ou outra contribuíram para meu crescimento docente e profissional, nesta trajetória de mestrado.

Gratidão a todos e muito obrigado!

RESUMO

SÍTIO ARQUEOLÓGICO ABRIGO CAPIVARA I (ABRIGO RS-C-43): RESGATE DE SUA HISTÓRIA E A CONTRIBUIÇÃO PEDAGÓGICA PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE LINDOLFO COLLOR

AUTOR: Marcos Márcio Presser
ORIENTADOR: André Luís Ramos Soares

O presente trabalho de conclusão trata sobre o estudo da Educação Patrimonial, tendo como Área de concentração Arquitetura e Patrimônio Material e Linha de Pesquisa Arqueologia e paleontologia e como norteador o Sítio Arqueológico RS-C-43, Abrigado Capivara I, localizado no município de Lindolfo Collor. Sítio este de grande valor histórico-cultural e material, o qual servirá de referência para elaboração de um jogo pedagógico que será disponibilizado aos estudantes da rede municipal e estadual de ensino desta cidade. O trabalho foi desenvolvido mediante pesquisa bibliográfica, que traz como linha norteadora um referencial teórico, sobre educação, patrimônio e jogos virtuais pedagógicos. Realizou-se também duas pesquisas por meio de questionários virtuais para professores do município, através da plataforma Google formulário. Nas pesquisas, analisou-se sobre o conhecimento de patrimônio histórico cultural e o interesse e conhecimento por jogos virtuais. Nesse sentido, conclui-se que a preservação do patrimônio cultural é de grande relevância para a preservação da identidade e memória local. Sendo assim, é fundamental que os professores trabalhem o patrimônio material e imaterial no ambiente escolar. A trilha arqueológica será mais um suporte pedagógico para fomentar a valorização do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Arqueologia. Educação. Jogos. Patrimônio material.

ABSTRACT

ARCHEOLOGICAL SITE ABRIGO CAPIVARA I (ABRIGO RS-C-43): RESCUE OF ITS HISTORY AND PEDAGOGICAL CONTRIBUTION TO MUNICIPAL AND NETWORK SCHOOLS STATE OF LINDOLFO COLLOR

AUTHOR: Marcos Márcio Presser
ADVISOR: André Luís Ramos Soares

The present work deals with the study of Heritage Education, having as concentration area Architecture and Material Heritage and Research Line Archaeology and paleontology and as a guide the Archaeological Site RS-C-43, Sheltered Capivara I, located in the municipality of Lindolfo Collor. This site, of great historical – cultural and material value which will serve as a reference for the elaboration of a pedagogical game that will be made available to students of the municipal and state education network of this city. This assignment was developed through bibliographic research, which brings as a guiding line a theoretical framework, on education, heritage and pedagogical virtual games. Two surveys were also conducted through virtual questionnaires for teachers in the city, through the google form platform. In the researches it was analyzed about the knowledge of cultural – historical heritage and the interest and knowledge for virtual games. In this way, it is possible to conclude that the preservation of heritage culture is very relevant for the preservation of local identity and memory. Therefore, it is essential that teachers work the material and intangible heritage in the school environment. The archaeological trail will be another pedagogical support to foster cultural heritage appreciation.

Keywords: Archaeology. Education. Gaming. Material heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da antiga Linha 48 e 14 Colônias	17
Figura 2 - Antiga escola da Picada 48 Baixa.....	20
Figura 3 - Escola Nereu Ramos (Antiga Brizoleta).....	23
Figura 4 - Escola Machado de Assis	24
Figura 5 - Escola Osvaldo Cruz.....	24
Figura 6 - Antiga escola da 14 Colônias.....	24
Figura 7 - Escola Estadual de Ensino Médio Walter Herrmann.....	26
Figura 8 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Nereu Ramos.....	26
Figura 9 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Meno Dhein	27
Figura 10 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Monteiro Lobato	28
Figura 11 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Menno Edgar Heinle	29
Figura 12 - Visita guiada	30
Figura 13 - Mapa da bacia hidrográfica do Rio Caí	51
Figura 14 - Região do Vale do Caí.....	52
Figura 15 - Escavação do sítio arqueológico.....	53
Figura 16 - Área interna do sítio arqueológico.....	54
Figura 17 - Localização do sítio arqueológico	54
Figura 18 - Sinalização turística e placa com informações a respeito do sítio na parte externa	54
Figura 19 - Objetos líticos encontrados	55
Figura 20 - Entrada do Sítio Arqueológico	56
Figura 21 - Capítulo do livro “Resgate Histórico de Lindolfo Collor”	70
Figura 22 - Capa	71
Figura 23 - Primeira parte do jogo.....	72
Figura 24 - Segunda parte do jogo.....	73
Figura 25 - Parte final.....	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Você já ouviu falar em Educação Patrimonial?	44
Gráfico 2 - Você acha importante termos nas escolas do município conteúdos relacionados ao patrimônio e à história local?.....	45
Gráfico 3 - Como professor(a), sente-se preparado(a) para trabalhar sobre patrimônio e história local em sala de aula?	45
Gráfico 4 - Você acha importante usar os jogos educativos como uma ferramenta de aprendizagem?.....	65
Gráfico 5 - Você costuma usar jogos on-line em sala de aula?.....	65
Gráfico 6 - Se não usa, diga o porquê?.....	66
Gráfico 7 - Se você já usou ou usa jogos digitais, no que você acha que eles mais contribuem para a aprendizagem do aluno?	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Escolas públicas	18
Quadro 2 - Escolas particulares	18
Quadro 3 - Construções de escolas no governo Brizola.....	22
Quadro 4 - Dados gerais	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
SEMECT	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	LINDOLFO COLLOR	15
2.1	ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAL DE LINDOLFO COLLOR	16
2.1.1	Escola Estadual de Ensino Médio Walter Herrmann	25
2.1.2	Escola Municipal de Ensino Fundamental Nereu Ramos	26
2.1.3	Escola Municipal de Ensino Fundamental Meno Dhein	27
2.1.4	Escola Municipal de Ensino Fundamental Monteiro Lobato	28
2.1.5	Escola Municipal de Ensino Fundamental Menno Edgar Heinle	28
3	PATRIMÔNIO	31
3.1	EDUCAÇÃO.....	36
3.1.1	Educação patrimonial	38
4	SÍTIO ARQUEOLÓGICO RS-C-43	48
4.1	TRADIÇÃO UMBU	49
4.2	CONTEXTUALIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO VALE DO CAI.....	50
4.2.1	Região	52
4.2.2	Análise do sítio arqueológico RS-C-43	53
5	TRILHA ARQUEOLÓGICA	57
5.1	JOGO.....	57
5.1.1	Uma breve história dos jogos no mundo	57
5.1.2	Uma breve história dos jogos no Brasil	58
5.1.3	Os jogos e educação	60
5.2	TRILHA ARQUEOLÓGICA.....	67
5.2.1	As partes do jogo	70
5.2.1.1	Capa.....	70
5.2.1.2	Primeira parte do jogo	71
5.2.1.3	Segunda parte do jogo	72
5.2.1.4	Parte final	73
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
	REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte da ideia do anteprojeto inserido na localidade de Lindolfo Collor, situada na região do Vale dos Sinos, que possui inúmeros sítios arqueológicos datados com milhares de anos. O RS-C-43, por exemplo, segue sendo um dos mais antigos e muitas vezes pouco conhecido e estudado, apesar do seu relevante valor, o qual me levou a analisar, discutir e entender a sua importância além de histórica, mas também, com perspectivas de caráter educacional.

Como profissional na área de educação há mais de 26 anos (sendo destes 21 anos dedicados ao município de Lindolfo Collor), pude observar que as discussões referentes à história e origem da formação humana se limitavam, muitas vezes, à chegada dos primeiros imigrantes europeus de língua alemã - ou esporadicamente de indígenas – estes que muitas vezes eram vistos de forma preconceituosa, não merecendo uma análise mais aprofundada a respeito de sua história milenar.

Além dessa inquietude, algo que também se faz muito presente em nossa localidade é a questão da falta de sentimento de pertencimento e identidade local, que é fortemente sentida no dia a dia da comunidade. Essas duas questões estão intimamente ligadas entre si, pois se tenho dificuldade de me sentir pertencente à localidade em que vivo hoje, terei dificuldades e interesse em saber sobre como Lindolfo Collor surge a partir da presença humana.

Estas questões levantadas, como o desconhecimento do passado de nossa história e falta de sentimento de pertença, são reflexos de uma longa história que foram esporadicamente debatidas e resgatadas. Necessita-se, portanto, de um grande esforço com pequenas ações de todos os setores da sociedade que trabalhem interligados em um objetivo comum. Trazendo ao ambiente escolar, que é o meu local de trabalho e objeto de estudo, como pode-se contribuir para materialização de ações visando o resgate do passado? a valorização do presente e o cuidado com o patrimônio material de Lindolfo Collor? Como trabalhar essas questões em sala de aula?

Primeiramente é de suma importância observar que, quando trabalhamos o patrimônio, é indispensável lembrar que ele não é algo “isolado”, mas sim o resultado de um processo contínuo, provindo de ações e construções que ocorreram ao longo dos tempos. Logo, devemos compreender que seu estudo deve ser amplo, abordando suas várias perspectivas, sendo a representação legítima de uma sociedade que se fez ao longo dos tempos.

A constituição de 1988 a respeito diz:

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem: II—modos de criar, fazer e viver (BRASIL, 1988, art. 216).

Portanto, o patrimônio é algo que pertence a todos, no qual todos têm o dever de cuidar e preservar, conforme a constituição em seu o artigo 216, no seu inciso primeiro, que diz: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988). Logo, a escola, como pertencente a essa sociedade, cumpre um papel fundamental, pois junto com a família que é o berço de tudo, contribui de forma decisiva, já que apresenta todas as condições, como letramento, ludicidade, conhecimento, que, sem bem trabalhados, mostram os caminhos para que questões pertinentes ao patrimônio e o pertencimento consigam estar presentes no cotidiano dos alunos, refletindo, assim, na sociedade.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo contribuir para o estudo, valorização e apropriação, principalmente do patrimônio histórico material. Quanto ao sítio arqueológico RS-C-43, onde o agente principal é a comunidade escolar, que se sintam convidados a participar de maneira efetiva, buscando de forma sistemática e contínua tanto no próprio ambiente escolar como na sociedade em que está inserida, sua proteção, perpetuação e também divulgação como um importante patrimônio do nosso município e também para a sociedade em geral.

A escola, então, deve se apropriar e também se aprofundar sobre o tema, trazendo à tona a importância da preservação do patrimônio. Faz-se necessário, dessa forma, a interação de todos, onde professores, equipe gestora, admiração pública e por fim os alunos convirjam para um projeto que valorize a educação patrimonial.

A realização do presente trabalho deu-se a partir de estudo biográfico, que se fez necessário, para uma maior compressão do assunto, pois possibilita um entendimento mais eficiente do que está sendo analisado, como diz Gil (1999, p. 65): “[...] ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Também foi desenvolvido, em parte, uma pesquisa mista, bem como diálogos e interações com professores do corpo docente das escolas da rede municipal e estadual de

Lindolfo Collor. O trabalho, composto por cinco capítulos, estabelece-se e divide-se como descrito a seguir.

O primeiro capítulo dividiu-se em três partes. A primeira faz uma breve análise contextual a respeito de Lindolfo Collor, sua inserção dentro do Vale dos Sinos, a questão do pertencimento e criação do jogo como forma de preservação da memória. A segunda parte realiza uma análise histórica temporal acerca da educação e da construção das escolas durante o segundo reinado até os dias atuais em Lindolfo Collor, sendo essa realizada em uma pesquisa de campo, com visitas as escolas do município e fontes biográficas produzidas pelo autor deste trabalho. A terceira e última traz uma descrição de cada escola, abordando aspectos físicos, econômicos e sociais.

O segundo capítulo aborda os aspectos referentes à educação e ao patrimônio, embasado em referencial teórico, sendo dividido em três partes. A primeira parte discorre com questões voltadas ao patrimônio, sua relação com a memória e a identidade local, relacionando com o sítio arqueológico RS-C-43. A segunda parte discorre sobre a importância da educação, seus desafios, sua importância para a formação do cidadão tendo a educação patrimonial na valorização da memória local e identidade como ferramenta para educação com significado. A terceira parte aborda a educação patrimonial: o que é ela? Qual sua importância? Qual sua relação e importância para com a educação? Nessa última parte, além de embasamento bibliográfico, também se fez presente uma pesquisa quantitativa a respeito do patrimônio.

O terceiro capítulo, que é dividido em quatro partes, a primeira parte analisa a importância dos sítios arqueológicos e do sítio arqueológico RS-C-43. A segunda faz uma breve análise sobre a tradição Umbu e o contexto histórico em que estava inserida. A terceira contextualiza a região onde se encontra o sítio arqueológico RS-C-43 e como viviam os índios da tradição Umbu. A quarta e última parte faz uma análise do sítio arqueológico e a importância de sua preservação.

O quarto capítulo faz uma abordagem inicial a respeito da história dos jogos no mundo e no Brasil através dos tempos, além de sua relação com a educação. Em seguida, discorre sobre a importância dos jogos no cotidiano escolar e a fundamental importância do professor para validar os mesmos como ferramenta pedagógica, auxiliando no desenvolvimento dos conteúdos em sala de aula.

O quinto capítulo, último antes das conclusões finais, é a realização do produto final do mestrado: o jogo A Trilha Arqueológica. Além da parte biográfica, este último capítulo abordou as interações com a classe docente para contribuição na realização do jogo, as ferramentas

tecnológicas usadas e o processo final para sua confecção, apresentando-o para a classe docente, para os alunos, as equipes gestoras das escolas e da administração pública - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo (SEMECT).

2 LINDOLFO COLLOR

Lindolfo Collor é um município fundado em 26 de março de 1992, portanto tem 31 anos de existência. Localizado na região metropolitana, fica aos pés da Serra Gaúcha, berço da colonização de língua alemã no Brasil. Em 1824, chegaram ao Brasil os primeiros imigrantes alemães que se estabeleceram na região que hoje é a cidade de São Leopoldo/RS. No ano de 1827, se estabeleceram também na atual área da cidade de Lindolfo Collor, fixando-se na localidade de Picada 48 Baixa.

Esses imigrantes vieram em busca de melhores condições de vida, pois a Europa estava assolada por inúmeras guerras (guerras napoleônicas), miséria e falta de trabalho. Já por aqui, o governo imperial necessitava de muita mão de obra para desenvolver a economia local, de soldados para defender o território brasileiro e também povoar a região que era pouco habitada.

O Prof. Dr. Martin Dreher, a respeito, comenta:

[...] para os alemães, o país subtropical era uma chance para escapar das instabilidades financeiras provocadas em parte pela mecanização do campo na Europa- pelas grandes epidemias, e da fome. Do lado de cá, o país precisava ocupar a terra, sobretudo o Rio Grande do Sul, com 90 mil habitantes e que continham 30 mil escravos. Precisava-se de mão de obra especializada para produzir alimentos e confecções. E o exército carecia de efetivos (DREHER apud LEITE, 2014).

Durante muitos anos, somente a colonização alemã esteve presente. A atividade econômica voltada para a agricultura era a mais forte, mas também existiam a marcenaria, a carpintaria, a tanoaria e o comércio, entre outras que movimentavam e sustentavam os imigrantes. A colonização deixou, e ainda deixa, marcas profundas em nossa comunidade, como: o idioma e as tradições, em que se destaca o Kerb e a religião. Vale ressaltar que, aqui em nosso município, existe o templo luterano mais antigo em funcionamento no Brasil (1850). Há ainda o jogo de bolão que se faz presente até hoje.

Essa identidade e suas memórias, em parte, foram se perdendo, principalmente a partir da década de 1970, quando aqui começam a chegar migrantes vindo do alto Uruguai, da região celeiro, em busca de trabalho, causado pelo setor coureiro calçadista. Dentro desse contexto, de vinda dos migrantes, notou-se um fenômeno preocupante: a falta do sentimento de pertencimento pelo município onde moram. Para muitos moradores, atualmente, estar em Lindolfo Collor é somente para conseguir dinheiro suficiente e voltar à região de origem.

Lindolfo Collor apresentou, portanto, principalmente nas últimas décadas, uma perda quanto à sua identidade passada e esvaziamento e da sua valorização ao pertencimento presente.

As palavras de Cardoso *et al.* (2017, p. 89), corroboram essa questão: “o sentimento manifestado pelos sujeitos sociais acerca do ambiente em que vivem carrega as singularidades de sua formação e encerra circunstâncias emocionais, muitas vezes, apenas vividas ali”.

Além disso, por muito tempo, ficou inserida na grande maioria da população a ideia de que a formação e colonização de Lindolfo Collor deu-se, principalmente, com a chegada dos primeiros imigrantes europeus e depois com a nova leva de migrantes, a partir da década de 1970. Pouco ou quase nada se sabia a respeito da presença humana pré-histórica em nossa localidade.

É nesse contexto que a criação do presente produto - Jogo a Trilha Arqueológica - virá contribuir para um resgate histórico/temporal da população e promover uma melhora nos sentimentos de pertença, uma vez que nos sentimos mais pertencentes quando temos sentimentos de conexão com o que está à nossa volta. Portanto, o espaço ganha sentido quando esse tem significado e definição.

Sabe-se que o processo da construção da identidade e da valorização do local de onde viemos inicia-se na escola. Ela é a fronteira entre o esquecimento e a memória, da ignorância e do erudito, do acomodamento e do fazer. Quando a escola é usada como ferramenta de transformação para o conhecimento e do despertar crítico, ela contribui para uma sociedade que valoriza quem é e para onde quer ir.

Portanto, é na escola, local em que se tem a capacidade de instigar, mostrar, transformar e propor, que meu projeto se insere. Pretende-se propor uma discussão acerca da história de nosso município, mostrar que somos formados por múltiplas histórias e culturas, instigar a construção de um sentimento de valorização e pertencimento da história local e, por fim, transformar para construir memórias que se perpetuarão na comunidade Lindolfo Collorense.

2.1 ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAL DE LINDOLFO COLLOR

Lindolfo Collor está localizado em uma região que foi o berço da colonização em língua alemã do RS, bem como no Brasil. Em 25 de Julho de 2024, estaremos comemorando o bicentenário da chegada destes imigrantes. A história do nosso município está intimamente ligada a vinda destes imigrantes que muito contribuíram para o desenvolvimento da região, refletindo muito na questão do patrimônio e na educação. A colonização europeia, através da imigração de língua alemã no RS, mais especificamente, na região do Vale dos Sinos, teve como um dos seus pilares junto com a igreja, a educação. Uma das primeiras preocupações dos imigrantes junto da construção do tempo foi a implantação de uma escola.

As escolas de Lindolfo Collor têm uma história muito antiga, que perpassam décadas, surgidas em momentos diferentes, sendo reflexos desses contextos históricos. Para falarmos delas e entendermos um pouco mais sobre como se deu a educação em nosso município, é necessário retrocedermos até o surgimento de São Leopoldo, passando por Estância Velha, Ivoti e finalmente Lindolfo Collor. Muitas de nossas escolas que ainda estão em funcionamento ou que já encerraram suas atividades, deixaram um legado importante, surgiram quando Lindolfo Collor ainda não era um município, mas que pertenciam a outras cidades.

Observando o mapa (Figura 1), pode-se notar que as duas localidades que originaram o nosso município foram as Picadas 48 Baixa e 14 Colônias. Nessas mesmas localidades se estabeleceram as primeiras escolas do município.

Figura 1 - Mapa da antiga Linha 48 e 14 Colônias



Fonte: Arquivo pessoal de Mauro Espindola.

A chegada dos 39 imigrantes alemães em 1824 na região do Vale dos Sinos, mais especificamente na atual cidade de São Leopoldo, foi um acontecimento que deixou marcas profundas refletidas nos dias atuais. Logo após a chegada desses primeiros imigrantes, houve um rápido crescimento populacional, devido ao estabelecimento de 5.000 mil imigrantes na região do Vale dos Sinos e de arredores, entre 1824 e 1830 (PETRY, 1966).

Devido a esse rápido crescimento, houve a emancipação política de São Leopoldo, e ela deu-se de Porto Alegre, sendo elevada a *Vila* em 01/04/1846. Já a elevação a *Cidade* deu-se em 12 de abril de 1864, com a Lei nº 563. Esse crescimento econômico e populacional resultou

também no surgimento e aumento de escolas no novo município de São Leopoldo. Em 1858 existiam três escolas públicas (Quadro 1) e 27 escolas particulares (Quadro 2) (PETRY, 1966).

Quadro 1 - Escolas públicas

	Escola	Professor	Masculinos	Femininos	Total
1	Vila de São Leopoldo	João da Silva Paranhos	23	-	23
2	Vila de São Leopoldo	Bernulfa do Caio Castro	45	-	45
3	Capela da Cidade	João da Fonseca Barandas	21	-	21

Fonte: Autor (2023).

Quadro 2 - Escolas particulares

	Escola	Professor	Masculinos	Femininos	Total
4	Vila de São Leopoldo	Pedro Prass	38	40	78
5	Vila de São Leopoldo	Luis Gruhewald	15	17	32
6	Vila de São Leopoldo	Joaquim Jacób Frey	24	14	38
7	Vila de São Leopoldo	D. Francisca Ribas	-	14	14
8	Feitora Velha	Roberto von Wedel	18	7	25
9	Suares (Lomba Grande)	Guilherme Gaelzer	26	18	44
10	Capela Piedade	Adolfo Pilk	31	15	46
11	Costa da Serra	João Germano Gueller	20	17	37
12	Costa da Serra	Otto Ruk	10	8	18
13	Picada Bom Jardim	Mathias Schütz	50	25	75
14	Picada Bom Jardim	Gustavo Hass	33	20	53
15	Picada Dois Irmãos	Pedro José Pires	11	7	18
16	Picada Dois Irmãos	José Sauer	9	10	19
17	Picada Dois Irmãos	Nicolau Neineik	14	6	20
18	Picada Dois Irmãos	João Adams	20	8	28
19	Picada Dois Irmãos	Carlos Otto Meith	22	17	39
20	Travessão	Ignácio Dill	22	23	45
21	Picada Café	Nicolau Spengler	20	17	37
22	Picada Café	Mathias Jung	10	8	18
23	Picada Café	Frederico Schoenel	11	10	21
24	*Picada das 48 Colônias	**Augusto Sintz	23	8	31
25	Picada Nova	Carlos Bass	13	14	27
26	Picada Nova	Mathias Sthal	28	9	37
27	Picada Hortêncio	Frederico Mühlhausen	18	14	32
28	Picada Hortêncio	Nicolau Birnfeld	30	39	59
29	Picada Feliz	João José Sauer	8	12	20
30	Picada Feliz	Miguel Bartel	21	10	31
	Total Geral		589	442	1051

Legenda: *Escola localizada na em Lindolfo Collor, na Picada 48 Baixa; **Pastor da localidade.

Fonte: Autor (2023).

A chegada dos imigrantes trouxe uma enorme diversidade cultural, religiosa e social, que se refletiu no cotidiano e ajudou a forjar a nossa identidade. Isso tudo se refletiu em seus hábitos, costumes, crenças e projetos educacionais. Desde sempre os imigrantes tinham uma preocupação com a religião e a educação de seus filhos. Ainda na Europa, muitas localidades também possuíam uma igreja e uma escola, que eram parte fundamental do seu cotidiano.

“Quem mexesse nela, intrometia-se no próprio santuário no qual se guardavam e se perpetuavam os valores culturais cultivados durante séculos” (RAMBO, 1994, p. 7).

Essa valorização da religião e da educação trará uma nova visão e um novo pensamento sobre vários aspectos, contudo, é na educação que se fará muito presente. Tanto luteranos como católicos tinham grande preocupação com a educação de seus filhos. Como não havia um projeto estruturado pelo governo imperial de construção de escolas e cedência de professores, coube aos próprios imigrantes organizarem educação para seus filhos.

Com a falta de profissionais formados e capacitados para a docência nas comunidades, quem fazia esse papel era o pastor e ou padre, mas em muitas localidades as pessoas com mais conhecimento e letramento fazia o papel do professor:

Além disso, por omissão do Estado, que tinha um amplo projeto de colonização com imigrantes mas não os recursos para executá-lo com eficácia, a organização das comunidades ficou a cargo dos próprios colonos. Foi assim que surgiram as escolas alemãs e suas entidades de apoio, as associações de caráter beneficente e assistencial, a organização inicial da assistência religiosa (tanto católica como luterana) na forma comunitária, as associações culturais e recreativas (como as sociedades de canto, de tiro, de ginástica, etc.), os jornais e outras publicações em língua alemã, sobretudo nos núcleos urbanos emergentes nas áreas coloniais, mas também nas linhas e picadas do interior das colônias (SEYFERTH, 2003, p. 28-29).

Durante muitos anos, principalmente antes da Proclamação da República em 1889, a educação deu-se através das escolas da comunidade chamadas de *Gemeindeschule*. Dificilmente via-se uma escola pública, pois como já comentado, a incumbência de promover a educação era da comunidade local ou da comunidade religiosa. Em Lindolfo Collor, bem antes da emancipação, a primeira escola foi criada na localidade da Picada 48 Baixa (Figura 2), quando ainda pertenciam ao município de São Leopoldo. Atualmente, é denominada Escola Monteiro Lobato, e encontra-se na mesma localidade, cerca de 300 metros da anterior.

Uma outra escola da comunidade, criada na localidade da Capivarinha no início do século XIX, era itinerante, tendo um lugar fixo a partir de 1962, com a construção da Escola Nereu Ramos, na época uma Brizoleta. Ainda, quando pertencíamos ao município de São Leopoldo, uma outra escola existiu e funcionou no centro de Lindolfo Collor, na antiga Capivara. Essa também pertencia à comunidade local, mas acabou extinta, dando origem à Escola Estadual Walter Herrmann, e pouco ou quase nenhum registro tem-se sobre ela. Um aspecto importante sobre essas três escolas é que até a Segunda Guerra Mundial a língua alemã era basicamente a única falada. Após o Brasil declarar guerra contra a Alemanha, o uso do alemão foi proibido, o que também acarretou muitas mudanças tanto na fala e na escrita.

Figura 2 - Antiga escola da Picada 48 Baixa



Fonte: Arquivo da SEMECT de Lindolfo Collor.

Um passo importante para o desenvolvimento da educação foi a emancipação de Estância Velha do município de São Leopoldo, no ano de 1959. Essa emancipação facilitou a proximidade da sede para com as escolas na localidade onde hoje é Lindolfo Collor. Tanto que a escola da Picada 48 Baixa, pertencente à comunidade, passou para a prefeitura de Estância Velha. Além da facilidade da proximidade, um outro aspecto que contribuiu para o desenvolvimento e estruturação da educação em nosso município foi a eleição de Leonel de Moura Brizola para o governo do Estado em 1959, com sua política de valorização da educação - que analisaremos mais adiante.

Até esse momento, como pode-se analisar, a educação ficou, em grande parte, nas mãos da comunidade, sendo que a participação do poder público era quase inexistente. Mesmo após a Proclamação da República, em 1889, com a Proclamação da Constituição de 1891 e com a gratuidade do ensino público, a educação não chegou para todos. A respeito disso, em 1932 a Associação Brasileira de Educação (ABE) lançou um manifesto dos Pioneiros Pela Educação Nova, que de um modo geral dizia:

[...] se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país (POMPE, 2018).

A criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública dois anos antes, no governo de Getúlio Vargas, ajudou a melhorar o quadro da educação brasileira, que era grave, pois no final dos anos de 1920 apenas 71,2% da população brasileira era analfabeta (FERREIRA; CARVALHO, 2014). Contudo, ainda não conseguiam atender os interesses, principalmente, das classes mais populares. Locais mais distantes dos grandes centros, com uma população mais reduzida, demoravam mais a sentir as políticas públicas desenvolvidas pelos governos de uma forma mais efetiva, estendendo-se durante muitos anos até o final da década de 1950. A grande mudança que houve na educação para a região de Lindolfo Collor deu-se, principalmente, com a chegada de Leonel de Moura Brizola ao governo do Estado entre os anos de 1959 até 1962 e a emancipação política de Ivoti do município de Estância Velha, em 1964.

Leonel de Moura Brizola, com uma nova mentalidade e preocupado com a educação do Estado, promoveu uma grande transformação com o objetivo de oferecer educação para todos. Com a frase “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”, o governador colocou em prática essa política de valorização do estudo. Segundo palavras de Brizola seu plano para educação foi um grande triunfo para sua vitória:

Foi meu plano de educação, de erradicação do analfabetismo e de criação de escolas em todo o estado, uma das principais razões de minha vitória eleitoral. Mobilizei o professorado, os pais e a mulher rio-grandense e, de um modo geral, as classes humildes, para participarem dessa cruzada redentora (MELO, 2017)

Com a sua eleição, colocou em prática seu plano para educação no RS. Uma das suas principais preocupações era acabar com o aumento do analfabetismo, pois era algo muito grave, mas que precisa ser enfrentado. A construção de escolas e a nomeação de professores foi um meio para isso ser minimizado.

De fato, é bastante antiga a problemática situação do ensino gaúcho, principalmente no tocante à alfabetização. Os grandes contingentes de analfabetos constituíam e constituem a prova de fogo por que têm de passar os governantes do Rio Grande do Sul: de que envidem todos os seus esforços, fazendo o possível para conseguir a solução do problema, do qual dependerá a maior ou menor capacidade de progresso do povo sulino. [...]. Mesmo sendo o estado que maior percentagem de recursos tenha destinado ao ensino, vê-se, através de dados absolutos e relativos, o aumento de analfabetos no Rio Grande do Sul, em prova cabal de que o velho problema exigia ser enfrentado de modo mais positivo e mais enérgico (REVISTA DO ENSINO, 1961, p. 11 apud QUADROS, 2001, p. 2).

A construção das Brizoletas e o plano de educação do Governo Brizola representou um paradigma na educação no RS. Muitas escolas até então geridas e controladas pela comunidade,

passaram para o controle do estado do município. Em muitos lugares onde não havia escolas, foram construídas tantas outras, como no caso de Lindolfo Collor.

Os números alcançados com o plano de educação do governo de Brizola, atingiram números expressivos abrangendo todo o estado, onde foram construídas diversas escolas e recebendo um grande número de alunos. Isso possibilitou que o acesso à escola não se restringisse a um reduzido grupo de alunos, sendo esses em sua maioria que tinham mais condições financeiras, mas há um grupo maior e heterogêneo. Isso se confirma conforme Quadro 3.

Quadro 3 - Construções de escolas no governo Brizola

Prédios escolares construídos	1.045
Salas de aula construídas	3.360
Capacidade para receber alunos	235.200
Prédios iniciados a construção	113
Capacidades de salas a serem usadas	483
Capacidade para mais alunos em sala	33.810
Prédios planejados	258
Salas de aula planejadas	866
Capacidade de alunos nas salas planejadas	60.620

Fonte: Autor (2023) com base em Moraes e Marinho (2017).

Essas Brizoletas poderiam variar dependendo da quantidade de alunos que precisavam atender, do local onde estavam, zona rural ou urbana. De uma forma geral tinham similaridades e tendo uma arquitetura bem singular. Em Lindolfo Collor, todas elas tinham o mesmo tamanho e a mesma estrutura. De um modo geral eram assim constituídas:

Padronizadas, todas pintadas de verde, amarelo e azul, eram feitas de madeira e com uma treliça em parte da área do alpendre, na frente. Conforme o tamanho do alunado, as brizoletas eram constituídas de uma ou duas salas de aula e um pequeno espaço para o preparo da merenda escolar. As maiores constituíam-se de duas ou três salas de aula, cozinha com fogão a lenha, armários, material de cantina, tudo de acordo com a época. Algumas, grandes, geralmente em alvenaria, eram chamadas de escolas rural (CHAVES, 2019).

A construção dessas Brizoletas não resolveu todo o problema da educação, pois ainda assim, em muitos casos, ocorria a infrequência dos alunos. A distância e o trabalho em casa para auxiliar a família, contribuíram para que a evasão fosse maior na zona rural do que na urbana.

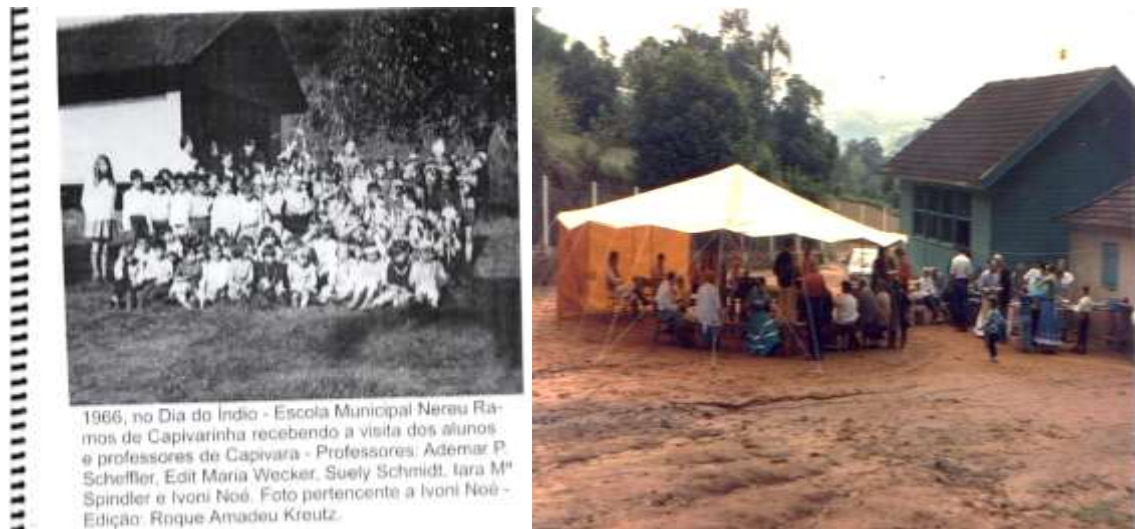
[...] Eram feitas em madeira e, no geral, tinham uma ou duas salas de aula. O projeto arquitetônico das Brizoletas era padronizado, podendo variar o número de salas de aula conforme cada plano de construção. No meio rural, com frequência, as condições

e as possibilidades de acesso à escola eram, no geral, mais difíceis que no meio urbano. Os poucos prédios escolares, as grandes distâncias e a participação das crianças nas atividades agrícolas eram empecilhos concretos à frequência normal à escola [...] (MÜLLER, 2021).

Contudo, apesar de não resolver os problemas na educação, principalmente no interior do RS, foi um grande avanço, pois locais que ainda não tinham escolas, ou que eram insuficientes, oportunizaram que mais alunos pudessem ter acesso ao estudo.

Aos poucos então, o papel de promover a educação passou para o Estado tanto no âmbito municipal como no âmbito estadual. Em Lindolfo Collor não foi diferente, pois foram construídas cinco Brizoletas. Dessas cinco de nosso município, três delas (Monteiro Lobato, Nereu Ramos e Walter Herrmann) foram substituídas por outros prédios (Figura 3). Já as escolas Machado de Assis e Osvaldo Cruz foram desativadas no início de 1990 pela falta de alunos (Figuras 4 e 5). Sendo estes realocados em outras escolas do município. A última Brizoleta que recebeu alunos foi a escola Monteiro Lobato, no ano de 1996.

Figura 3 - Escola Nereu Ramos (Antiga Brizoleta)



Fonte: Arquivo da SEMECT de Lindolfo Collor.

Figura 4 - Escola Machado de Assis



Fonte: Autor (2022).

Figura 5 - Escola Osvaldo Cruz



Fonte: Autor (2022).

Figura 6 - Antiga escola da 14 Colônias



Fonte: Autor (2022).

Dois anos após a saída de Leonel de Moura Brizola do governo do estado, em 1964, o município de Ivoti emancipou-se de Estância Velha e, com isso, a região onde fica Lindolfo Collor também passou para Ivoti. As Brizoletas continuaram sendo as únicas escolas que foram ampliadas, principalmente na construção de banheiros. Contudo, a partir do final dos anos de 1970, com o crescente aumento da população causada pela migração (devido à expansão do setor coureiro calçadista), muitas dessas escolas foram desativadas.

Lindolfo Collor, com a emancipação política de Ivoti em 1992, recebendo uma infraestrutura deficiente no âmbito escolar e também com o crescente aumento de alunos, precisou urgentemente oferecer uma educação de melhor qualidade, tanto na infraestrutura, como refeitório, banheiros, biblioteca, sala de professores, como criação de concursos que pudessem atender a nova demanda. As Brizoletas perderam sua utilidade, deixando espaço para escolas mais modernas e que pudessem atender a todos os níveis de educação, principalmente a infantil, onde as salas multisseriadas (características das Brizoletas), perderam suas funcionalidades.

As escolas onde meu produto final será aplicado serão quatro municipais e uma estadual. Para melhor compressão quanto às características físicas, humanas e socioeconômicas, farei uma análise de cada escola em separado e, por fim, uma análise final.

As informações referentes à quantidade de alunos por escola e turma foram coletadas diretamente com a equipe gestora de cada espaço escolar. Já a análise sociocultural de cada escola e do município de Lindolfo Collor foi realizada com informações da SEMECT, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e por materiais já produzidos por mim, anteriormente, acerca da história de Lindolfo Collor.

Segundo dados da SEMECT de Lindolfo Collor, a média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2021 foi de 6.3 nos anos iniciais e 5.8 nos anos finais, sendo que ambos os níveis apresentaram uma evolução em relação ao último levantamento. Já a taxa de escolarização, segundo o IBGE (2022), é de 97,1%.

2.1.1 Escola Estadual de Ensino Médio Walter Herrmann

Criada em 1954, a escola funciona nos três turnos (manhã, tarde e noite) atendendo alunos do nível fundamental, anos iniciais e finais e ensino médio, contando com 400 alunos (Figura 7). A turma de terceiro ano do Ensino Fundamental conta com 18 alunos, que estudam na parte da manhã, onde, com exceção de um aluno, todos moram no centro da cidade.

Essa turma apresenta uma grande diversidade étnica e cultural, com muitos alunos oriundos do Nordeste e da Venezuela, que aqui chegaram nos últimos anos. A realidade socioeconômica é bem variada, com alunos com excelentes condições econômicas, pais donos de comércio, e também alunos com grandes dificuldades financeiras, já que a família recebe uma remuneração mais baixa. A maioria dos pais dos alunos trabalham no setor coureiro calçadista, o que faz com que todos tenham emprego, mas com níveis salariais mais baixos.

Figura 7 - Escola Estadual de Ensino Médio Walter Herrmann



Fonte: Autor (2022).

Por fim, a maioria dos alunos estão alfabetizados, conseguindo ler e escrever, contudo, muitas vezes, os pais trabalham à noite nos curtumes e não conseguem acompanhar os filhos, ocasionando muitas faltas.

2.1.2 Escola Municipal de Ensino Fundamental Nereu Ramos

Criada em 1962, encontra-se na localidade da Caipirinha. Única escola em zona rural, considerada uma escola do campo, funciona no turno da manhã e tarde, contendo 110 alunos, sendo que 18 são do 3º ano do Ensino Fundamental. É a única escola que tem turmas do turno integral (Figura 8).

Figura 8 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Nereu Ramos



Fonte: Autor (2022).

Localizada na região do interior do município, também atende alguns alunos vindos da localidade da 14 Colônias. Possui uma realidade socioeconômica bem variada, a maioria das

famílias trabalha em fábrica de couro, ateliers, cortam mato e alguns são agricultores. Os alunos apresentam um bom nível de aprendizagem.

É uma comunidade muito unida, que participa bastante das atividades da escola, e os pais estão presentes.

2.1.3 Escola Municipal de Ensino Fundamental Meno Dhein

Fundada em 1990, está localizada no Loteamento Feldmann. Atende também o bairro Pedras de Areia, Bairro Boa Vista e Portal. É a maior escola da rede municipal, com 360 alunos, sendo que possui duas turmas de 3º ano do Ensino Fundamental, com uma em cada turno, com 18 alunos em cada turma (Figura 9). As turmas apresentam uma boa aprendizagem.

Figura 9 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Meno Dhein



Fonte: Autor (2022).

Por seus alunos morarem em vários bairros, apresenta grande diversidade socioeconômica. A maioria das famílias apresenta uma renda média baixa, contudo, não passando por grandes necessidades.

A maioria das famílias trabalha no setor do couro e calçado, mas também no setor do comércio. Alguns alunos encontram-se em vulnerabilidade social e são atendidos pelas redes de apoio do município. Também é uma escola que está recebendo alunos vindos do Nordeste e da Venezuela.

2.1.4 Escola Municipal de Ensino Fundamental Monteiro Lobato

Fundada em 1965, está localizada no Bairro da Picada 48 Baixa, atendendo também alunos da localidade da 14 Colônias e da Vila Spindler (Figura 10). Atende 236 alunos, sendo o 3º ano do Ensino Fundamental com 14 alunos. Os alunos, em sua maioria, apresentam boa aprendizagem, sem grandes dificuldades em questões como leitura e interpretação.

As famílias trabalham, em sua maioria, no setor do couro e calçado, mas também com forte presença da agricultura, principalmente no cultivo de frutas e verduras, como também o corte de acácia e eucalipto.

Figura 10 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Monteiro Lobato



Fonte: Autor (2022).

Desse modo, há grandes diferenças socioculturais na comunidade escolar. Boa parte das famílias são naturais de Lindolfo Collor, mas a outra metade vem de outras localidades do RS. Também conta com a presença de alunos vindos da Venezuela.

Ademais, existem grandes diferenças sociais com famílias com maior poder aquisitivo, e outras com condição financeira mais baixa, apresentando alguns casos de vulnerabilidade social que são atendidos pela rede de apoio municipal. Considero essa escola com as mais acentuadas diferenças culturais e sociais do município.

2.1.5 Escola Municipal de Ensino Fundamental Menno Edgar Heinle

Fundada em 2016, é a escola de Ensino Fundamental mais nova do município (Figura 11). Localizada no bairro Boa Vista, atende 118 alunos, sendo 17 no 3º ano do Ensino Fundamental. Também recebe alunos do Bairro Portal, vizinho da escola.

Figura 11 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Menno Edgar Heinle



Fonte: Autor (2022).

Os alunos, em sua maioria, apresentam um bom desenvolvimento quanto à aprendizagem e é uma comunidade muito presente, possuindo pouquíssimos alunos em vulnerabilidade. A comunidade escolar, em sua maioria, possui um bom nível financeiro, onde a maioria das famílias também trabalha no setor do couro e do comércio.

De um modo geral, a comunidade escolar de Lindolfo Collor é muito plural com grande diversidade cultural. Existe empregos para todos, contudo a média salarial não é alta. As escolas são bem estruturadas, possuindo transporte escolar para todos que precisam. Apesar de ter diminuído, muitos alunos trocam de escola, devido ao fato de não possuir casa própria, procurando a residência mais próxima do trabalho.

O público alvo do jogo *A Trilha Arqueológica*, são as turmas do 3º ano do Ensino Fundamental da rede municipal e estadual, visto que, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), também é o ano que se trabalha a história local (BRASIL, 2017). Já no Documento Orientador do município, finalizado em 2019, em relação à questão do currículo, referenda-se que “o currículo prevê o empenho pedagógico das instituições educacionais, educando refletir sobre o espaço, o tempo, a diversidade cultural e pluralidade cultural que permeia os contextos escolares” (LINDOLFO COLLOR, 2019).

A partir do documento, abre-se uma maior autonomia para trabalhar várias questões referentes ao currículo. Essa flexibilização oportuniza que o município possa, de uma forma integrada e multidisciplinar, desenvolver práticas voltadas para o patrimônio cultural.

A BNCC, por sua vez, também vai ao encontro dessa perspectiva, no que diz respeito à uma independência para a organização e implementação do currículo:

Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora (BRASIL, 2017, p. 19).

Complementando a questão da política voltada ao estudo do patrimônio na rede municipal de ensino, no município de Lindolfo Collor, com participação da escola estadual, desenvolvo um projeto, organizado e realizado por mim, que consiste em visitas ao Sítio Arqueológico e explicações a respeito do local, bem como uma simulação de escavação e análise de objetos que tenham relação com o espaço (Figura 12).

Por conseguinte, a rede municipal de ensino de Lindolfo Collor, através da SEMECT, com a participação efetiva dos gestores e professores, desenvolve atividades de resgate e valorização do patrimônio cultural de forma integrada e participativa.

Figura 12 - Visita guiada



Fonte: Autor (2022).

Por fim, trago as palavras de Paulo Freire (1982, p. 57) sobre a importância de os educadores trabalharem o patrimônio nas escolas: “Todos os produtos que resultam da atividade do homem, todo o conjunto de suas obras, materiais ou espirituais, por serem produtos humanos que se desprendem do homem, voltam-se para ele e o marcam, impondo-lhes formas de ser e de se comportar também culturais”.

3 PATRIMÔNIO

A atenção dada ao patrimônio é relativamente nova no Brasil. Apesar de haver iniciativas anteriores, vai ser com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, que ganhará força o debate sobre o mesmo. Em 1937, através do Decreto-lei nº 25, que se estabelecem conceitos e a definição de patrimônio, buscando a sua preservação no Brasil. Após a promulgação da lei, ficou mais fácil dispor a respeito da regulamentação sobre bens culturais do nosso país. As novas constituições que a seguir vieram, se apropriaram dela, para legitimar questões de salvaguarda, proteção e ações quanto ao patrimônio nacional. Em seu artigo primeiro, o Decreto-lei nº 25/1937 assim define patrimônio:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Até o final da década de 1970, o debate sobre o patrimônio nacional ficou mais restrito ao patrimônio imóvel. Pouco se debatia a respeito do patrimônio como tradições culturais móveis. Conceitos como sítios e conjuntos arquitetônicos se fizeram presentes como forma de preservação da memória. Estes conceitos de patrimônio nacional foram difundidos e trabalhados na sociedade, buscando criar uma identidade nacional sem muitas discussões e debates quanto ao nosso patrimônio.

Consagrados pelo poder público, estes bens ganhavam uma espécie de aura que os situava acima do presente, dos conflitos e diferenças manifestos no cotidiano. Estavam ali preservados, apropriados, a informar o passado como uma das instâncias do conhecimento social, como joias culturais, para serem vistos com a reverência própria que merecem os lugares fundadores; para serem estudados em sua forma e técnica construtiva; para ensinarem o que era brasileiro (RODRIGUES, 1998, p. 90).

Complemento também com os dizeres de Oriá (1997, p. 131), quanto ao debate sobre o patrimônio, sua importância e exclusão de outros tipos de patrimônios, senão aqueles de pedra e cal:

Priorizou-se, assim, o patrimônio edificado ou arquitetônico – a chamada “pedra e cal” - em detrimento de outros bens culturais significativos, mas que por não serem representativos de uma determinada época ou ligados a algum fato histórico notável ou pertencente a um estilo arquitetônico relevante, deixaram de ser preservados e foram relegados ao esquecimento e até destruídos por não terem, no contexto dessa concepção, valor que justificasse a sua preservação.

Portanto, quando pensamos a respeito do conceito do patrimônio cultural, notamos que até a década de 1980 ele era muito restritivo. Pensar o patrimônio cultural, portanto, deve ser muito mais amplo e muito mais significativo. Não são somente as edificações, os conjuntos arquitetônicos, os monumentos que compõem os nossos patrimônios, mas sim, culturas, tradições resultantes de uma ação coletiva de uma sociedade.

Com a chegada da década de 1980, iniciou-se um período de profundas mudanças e de perspectivas no Brasil, e questões quanto ao patrimônio também se fizeram presentes. As discussões sobre redemocratização do Brasil, que culminou com a nova constituição e as eleições presidenciais de 1989, refletiram também nos debates a respeito da preservação do patrimônio nacional. Questões como “o que é patrimônio”, “como pode ser entendido, debatido e discutido” ganharam força.

Essa foi uma iniciativa precursora e muito válida, pois pela primeira vez pensamos o patrimônio como um todo. Contudo, ainda existiam lacunas, pois se pensava que o patrimônio material era somente obras arquitetônicas de um viés material, deixando as outras tradições culturais de lado. Com a Constituição de 1988, a ideia de patrimônio foi mais democrática e atingiu todas as formas de patrimônio, tanto imaterial como material:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Aos poucos, a questão do patrimônio passou a ser estudada também a partir de questões voltadas à cultura. O que antes basicamente era trabalhado, ilustrado, passou a ser discutido e estudado com questões voltadas à dimensão de passado e presente com a construção das memórias e das identidades. Aos poucos, passamos de um patrimônio nacional para uma identidade local. Gill (2013, p. 160) diz: “[...] passamos hoje de um patrimônio nacional para um identitário, de um patrimônio herdado para um reivindicado, de um patrimônio visível, a um patrimônio invisível um patrimônio ligado ao estado para um patrimônio social, étnico e comunitário [...]”.

Esse patrimônio é o resultado de uma vivência momentânea, que se torna permanente quanto à construção de bens e monumentos, nos trazendo uma identidade muito forte, resultado de uma construção de imaginários, nos mostrando quem fomos, como estamos e qual caminho seguiremos.

A construção do patrimônio não se faz de um dia para outro, é um processo contínuo marcado pela ação de vários segmentos da sociedade, do interesse da preservação da memória, da preocupação na manutenção das tradições, muitas vezes recheadas de conflitos e interesses.

A invenção do patrimônio não se dá de forma tranquila ou a-histórica. É um processo que envolve a perpetuação da memória, das tradições, das referências sociais e culturais, da manutenção das práticas materiais e imateriais, da persistência e da reprodução de determinados elementos considerados relevantes – ou do seu esquecimento (SOARES; OOSTERBEEK, 2018, p. 51).

Pensar e entender o patrimônio sendo um reflexo do conjunto de movimentos que perpassam por uma série de manifestações culturais que vão da escrita à oralidade. Manifestações essas que são carregadas por memórias e identidades que são resultados de esforços coletivos em determinado espaço de tempo.

A esse respeito, Pelegrini (2006, p. 118) diz que “patrimônio diz respeito às maneiras de o ser humano existir, pensar e se expressar, bem como as manifestações simbólicas dos seus saberes, práticas artísticas e cerimoniais, sistema de valores e tradição”.

Pensar em patrimônio também é rememorar o passado, trazê-lo para o presente como forma de produzir uma identidade aos sujeitos que foram agentes transformadores em seu tempo. Diante disso, o patrimônio tem a capacidade de reavivar as memórias das pessoas, trazendo para seu convívio no seu tempo histórico, possibilitando uma maior compreensão do tempo e das vivências em que está inserido. Logo, esse patrimônio deve ser preservado a fim de não perder suas memórias:

As memórias e referências do passado fundamentam, por um lado, a coesão entre os indivíduos que compartilham afetos, sensibilidades, tradições e histórias. E, por outro, evidenciam diferenças culturais que podem favorecer a aceitação da diversidade como valor essencial para o indivíduo em sociedade (PELLEGRINI, 2009, p. 23).

Esse passado é feito de memórias construídas de forma individual ou coletiva que reproduzem acontecimentos materializados em seu tempo, mas que dialogam com o presente. Entender a construção dessa memória é fundamental para dar sentido às memórias do passado. A memória do homem é o que o identifica, pois lhe diz quem ele é, demonstrando através dos

tempos a construção de uma identidade cultural. Portanto, memória e identidade caminham juntas, dado que ambas se completam, “onde lembrar não é esquecer”.

Diante disso, Pollak (1992, p. 11) comenta:

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si [...]. A memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais.

A importância de preservar a memória cultural não significa que ela deva ficar no passado e este que não se desenvolva. Ela deve ser um pilar para que se preservem as identidades, os saberes e os conhecimentos. Contudo, a evolução da humanidade através de novas tecnologias, pensamentos e valores pode levar a uma ruptura desse passado.

[...] constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (FLORÊNCIO *et al.*, 2014, p. 19).

Mas quando pensamos em preservar a memória e por consequência o nosso patrimônio, devemos fazer isso por fazer, ou ter um propósito? Gerar um significado que futuramente tenha reflexos? Este contexto nos leva a uma indagação: *por que preservar?* Sobre isso, Lemos (1981, p. 29), diz “[...] devemos, então, de qualquer maneira garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes de patrimônio cultural”.

Essa ruptura do passado ocasiona a perda de uma identidade cultural e consequentemente, de suas tradições, levando o homem a se afastar de suas origens. Esse afastamento dificulta um maior entendimento dos acontecimentos sociais, econômicos, políticos e culturais, que marcam sua história. Portanto, a preservação do patrimônio contribui para que essa ruptura não cause a desconstrução da memória e da perda de identidade coletiva da sociedade.

Patrimônio também é resultado de práticas, ações e movimentos que ocorrem no decorrer dos tempos que são construídas no dia a dia. Pensar esse patrimônio num todo, de como as coisas são construídas, resultados das manifestações e construções feitas pelo homem.

Pelegrini (2006, p. 117), diz que o patrimônio “passou a abarcar também as maneiras de o ser humano existir, pensar e se expressar, bem como as manifestações simbólicas dos seus saberes, práticas artísticas, cerimônias, sistemas de valores e tradições”.

Quando esse patrimônio nos é apresentado, temos que ser capazes de transformá-lo em algo significativo que saia da perspectiva de apenas transmitir. Deve ser uma mão dupla onde os alunos sejam agentes transformadores, e não apenas meros receptores de conhecimento. E instigar, desafiar o aluno a olhar a sua volta, ver como um agente capaz de transformar, valorizando a sua história:

O trabalho com o patrimônio não pode ser uma simples acumulação de conhecimentos. Ele deve ajudar à estruturação do tempo e do espaço, a desenvolver a educação dos sentidos e, mais particularmente, a capacidade de ver, a despertar a curiosidade, a partir para a descoberta do outro. Além desses, há objetivos muito ambiciosos mas estimulantes: tornar o aluno mais responsável, levá-lo a fazer escolhas, propor uma reflexão crítica, apropriar-se do território em que vive [...] (ICHER, 2008, p. 158).

Dentro desse contexto, pode-se ver a importância do sítio arqueológico. Ele cumpre um papel de grande relevância, pois serve de mecanismo para construção de identidades, construções culturais e a construção da territorialidade. Os vestígios arqueológicos, no momento em que são reconstruídos e interpretados, contribuem na construção de uma identidade local, essa construída através de um período histórico onde uma comunidade se organiza.

Os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens e, por sua própria natureza como cultura material, são usados pelos atores sociais para produzir significado, em especial ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica (FUNARI, 2009, p. 3).

É resgatando, estudando e compreendendo o contexto em que se está inserido que não se deixa cair no esquecimento, e assim não se perdem as memórias, estas fundamentais para rememorar o passado, fazendo com que a sociedade atual consiga interpretá-las. Para Machado e Rodrigues (2010, p. 23), “A memória constitui um fator de identificação humana; é a marca ou sinal de sua cultura. É ela que nos distancia ou que nos aproxima”. Logo, é a memória que diz quem somos, nos identifica e contribui para conseguirmos compreender o mundo em que estamos e como vivemos.

Portanto, é responsabilidade da sociedade trazer à luz a importância da preservação dessa memória e identidade, no caso, objeto de meu estudo, sítio arqueológico, pois corremos o risco de perder boa parte de nossa história.

3.1 EDUCAÇÃO

A educação sempre esteve presente no mundo e na sociedade com o passar dos anos e dos tempos. A educação contribuiu para a organização, transformação, perpetuação, crescimento e desenvolvimento da sociedade. Essa transmissão de conhecimento possibilita que o sujeito possa viver em sociedade de uma forma mais adequada e saudável. A educação sempre teve e terá um papel fundamental para a formação do cidadão, bem como na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Mas é através da educação que a humanidade se reinventa e faz do homem um agente transformador.

A educação vai muito além do que se aprende em sala de aula onde o aluno adquire conhecimentos em várias áreas. Educação é um conjunto de ações, interações, baseadas nas relações sociais que contribuem para a formação da sociedade. Portanto, quando pensamos em educação, devemos não só pensar na educação que se faz dentro da sala de aula, mas também na educação que vai de encontro aos interesses do aluno.

Nesse sentido, o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, diz que a educação é um direito de todos e visa ao pleno desenvolvimento humano por meio do processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 1988). Já a declaração mundial sobre a educação para todos que apresenta o plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, e foi aprovada pela conferência mundial realizada em Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março de 1990 diz que em seu artigo primeiro:

Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo (ONU, 1990).

Ter o acesso à educação é importantíssimo, pois contribui para o desenvolvimento de uma nação de uma forma mais sustentável, igualitária e, acima de tudo, justa. Países que têm a

educação como uma prioridade, atingem resultados mais satisfatórios quanto à qualidade de vida, na formação de um cidadão mais crítico e no aumento da riqueza de seu produto interno bruto (PIB).

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), uma mãe que sabe ler e escrever, terá um filho com 50% mais chances de sobreviver após os cinco anos de idade (INSTITUTO ALGAR, 2023). Também, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no Brasil, em 2015, “pessoas de 25 a 64 anos com diploma de ensino superior e com renda de emprego em tempo integral, ganhavam 144% a mais do que trabalhadores em tempo integral, com apenas ensino médio concluído” (INSTITUTO ALGAR, 2023). Também é importante salientar que ter muito dinheiro não é sinônimo de educação de qualidade. Segundo a OCDE, muitas vezes o resultado positivo vem de como o dinheiro é aplicado e não da quantidade de dinheiro (INSTITUTO ALGAR, 2023).

Nesse sentido, se olharmos para o Brasil, apesar do grande avanço que temos na educação, estamos longe do ideal. Somos a décima segunda economia do mundo, contudo ficamos em 65º e último colocado em prova de alfabetização (MAIA; HERÉDIA; COELHO, 2021). Quando observamos o resultado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) do ano de 2021, o Brasil ficou em último lugar entre as 64 nações (HOTCOURSES BRASIL, 2021). Faz-se aqui uma ressalva de como foram realizadas as provas e de quem fez as provas, pois somos um país muito grande com muitas desigualdades que se refletem nos resultados, mas o mais importante disso é salientar que investimos pouco e acima de tudo muito mal o nosso dinheiro em educação.

Esses problemas estruturais e financeiros que o Brasil vem enfrentando foram agravados ainda mais com a pandemia. A pandemia da covid-19 aprofundou ainda mais esses problemas estruturais na educação e refletiu na deficiência de aprendizado e na evasão. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 2022, 11 milhões de alunos com idade entre 11 a 18 não haviam voltado para a escola, 48% tiveram que sair para trabalhar e 30% não conseguiram acompanhar os estudos por estarem atrasados nos conteúdos (REIS, 2022).

Também estamos passando por um grande momento de transformação, pois vivenciamos um rápido desenvolvimento tecnológico, que muitas vezes a escola não consegue acompanhar, pois professores e alunos não têm acesso à tecnologia, dado que se agravou com a pandemia. Segundo dados do Governo Federal, “No final de 2022, 3,4 mil escolas no País

(2,5%) não tinham acesso à rede de energia elétrica, 9,5 mil (6,8%) não dispunham de acesso à Internet e 46,1 mil (33,2%) não possuíam laboratórios de informática” (BRASIL, 2023).

Coloco esses números, mostrando que trabalhar com a educação sempre foi desafiador e nos últimos anos ainda mais. Hooks (2017), a respeito, nos diz que a educação está passando por um momento de crise e isso se reflete na escola, pois muitas vezes o aluno não quer aprender e o professor não sabe ensinar. Se a sala de aula perde o significado, ela perde sentido e com isso conhecer e aprender torna-se um grande desafio. As palavras, para Freire (2001, p. 25), tornam-se emblemáticas: “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a produção ou de sua construção”. Necessita-se, portanto, de uma grande mudança sobre isso. Busquets *et al.* (2000, p. 16) dizem:

As transformações da realidade escolar precisam passar necessariamente por uma mudança de perspectiva, em que conteúdos escolares tradicionais deixem de ser encarados como o 'fim' da Educação. Eles devem ser 'meio' para a construção da cidadania e de uma sociedade mais justa. Esses conteúdos tradicionais só farão sentido para a sociedade se estiverem integrados em um projeto educacional que almeje o estabelecimento de relações interpessoais, sociais e éticas de respeito às outras pessoas, à diversidade e ao meio ambiente.

Vivemos, portanto, em um momento desafiador para a educação no Brasil, contudo esses resultados são uma visão global, que necessariamente não se aplicam a todo o país, pois como grande nação que somos, certas cidades e instituições de ensino apresentam resultados melhores que podem servir de exemplo para uma educação de qualidade.

Contudo, faço essa breve análise inicial sobre a educação, não para julgar, mas para mostrar que apesar das dificuldades, há caminhos que contribuem para uma melhora na educação verdadeiramente crítica, inclusiva, justa, igualitária e promotora do bem-estar social. Promover aspectos como sentimento de pertencimento, do cuidado com a sua história e a que está a sua volta, da preservação da memória, através da educação patrimonial é um dos caminhos para melhorar a educação.

3.1.1 Educação patrimonial

Existem duas formas de preservação do patrimônio arqueológico: uma de base legal, que tem a lei maior, a Constituição de 1988; e a outra relacionada à forma educacional e informativa. Vou me ater à questão da educação patrimonial, já que ela faz parte da construção de meu produto final de mestrado.

A educação patrimonial é uma ferramenta muito importante, visto que ela contribui para que o sujeito tenha uma boa formação cidadã. É também na escola que o conhecimento é socializado, onde a nossa herança patrimonial é mostrada sendo capaz de construir em conjunto uma nova visão, além da valorização do passado, respeito a ele. Quando eu compreendo de onde eu venho, como sou reflexo de um conjunto de ações, passo a refletir mais sobre esse passado, torno-me mais consciente e crítico, procurando cumprir mais com meu papel de cidadão de respeito ao meio em que vivo.

Nesse contexto, Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 6) diz:

Um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Na educação patrimonial como prática pedagógica, o aluno tem um papel de grande relevância na construção do conhecimento e na aprendizagem. Deve ser uma educação que possibilite ao aluno a capacidade de promover a transformação social do educando e do cidadão em seus mais variados aspectos, tais como interpretar, questionar e dialogar.

Sobre patrimônio cultural, Farias (2002, p. 62) diz:

[...] cabe à educação patrimonial proceder à escuta e à mediação dos sujeitos sociais portadores de tradições, de saberes e fazeres que, em sua diversidade, constroem atrativos geradores de significação e integradores da identidade e identificação cultural. É sua responsabilidade sensibilizar e conscientizar as comunidades em torno de seus valores e tradições, inserindo tais práticas na vida sustentável, resgatando e preservando o imaginário coletivo e o patrimônio representativo da cultura, no eixo temporal e espacial.

Para o autor, a educação patrimonial é uma ferramenta importante que propicia um maior conhecimento e entendimento a respeito da história em que o sujeito está inserido. Também, propicia que a comunidade participe de uma forma mais efetiva na preservação e gestão do patrimônio (FARIAS, 2002).

Outro aspecto importante na educação patrimonial é a capacidade de instigar nos alunos uma nova perspectiva a respeito da história e a respeito de si mesmo. Compreendendo um pouco mais como a história se fez ao seu redor, constrói-se uma nova mentalidade, um novo olhar trazendo o aluno para mais perto de sua comunidade. Nesse sentido, para Horta (1999), a

educação patrimonial torna-se uma ferramenta capaz de contribuir para uma alfabetização cultural, pois possibilita ao aluno refletir sobre o que está à sua volta, contribuindo para uma maior compressão da trajetória cultural-temporal sua e de sua localidade. A educação patrimonial: “[...] consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar no aluno o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva” (GRUNBERG; HORTA; MONTEIRO, 1999, p. 8).

Nesse contexto, a educação tem papel importante, pois é um instrumento de produção de conhecimento e de entendimento do mundo que nos rodeia. Sendo assim, educar também é uma ação política, visto que ela serve para enfrentar o esquecimento causado pela incapacidade da sociedade de resgatar os valores culturais produzidos por ela própria. Freire e Betto (1988, p. 17-18), dizem que “Não, não há um aspecto político; a educação é política. Ela tem uma politicidade, a política tem uma educabilidade, que dizer: há uma natureza política do ato educativo, indiscutível”.

A educação é importante, já que ela pode facilitar e potencializar a aprendizagem a respeito de uma nova visão sobre cultura e patrimônio. Um processo educativo voltado para o questionamento, para o diálogo e para reflexão crítica facilita e contribui para uma visão mais aberta e que dialoga com o patrimônio material e imaterial.

A educação patrimonial, então, colabora para potencializar as características locais, a vida em sociedade e suas peculiaridades. Peculiaridades essas, que mostram a sua identidade, seu passado e a história no qual a sociedade está inserida. É a educação patrimonial que mostra os aspectos mais particulares, como valores, saberes e fazeres, que são refletidos no patrimônio cultural. Portanto, a educação patrimonial não é somente difundir o patrimônio, mas trazê-lo para a comunidade.

É através do estudo focado dos patrimônios locais que a Educação patrimonial reconstrói a memória e leva o indivíduo a compreensão do processo sociocultural e da trajetória espaço temporal em que este inserido, compreendido, assim aspectos da história local (SOARES, 2009, p. 32).

Trabalhar a educação patrimonial dentro da escola não pode e não deve ser algo imposto. Tudo que é imposto, principalmente no campo da educação, tende a trazer conflitos, desinteresse e hostilidade. Pensar patrimônio como prática educativa deve servir como um mecanismo de estímulo para que o educando se sinta pertencente, motivado. Freire (2005) nos diz que uma relação no campo pedagógico que se dá de forma impositiva e autoritária inibe a criatividade, a curiosidade, bem como abrindo mão do diálogo, do debate, com o objetivo de

manter-se seguro na prática docente e contrário à educação que dialoga e aproxima os alunos do conhecimento com sentido e significado. Segundo Freire (2005, p. 67), educar não é como uma visão bancária onde depositamos o saber sem socializá-lo:

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro.

Dentro desse contexto, a educação é uma ferramenta muito importante para a construção da identidade e a formação de uma sociedade. Ela possibilita ao educando o uso de suas capacidades intelectuais com o objetivo de adquirir nos acontecimentos e nos saberes uma visão mais crítica do mundo a sua volta. Quando exercemos de forma crítica e positiva nossa relação com o que está a nossa volta, o objeto, valorizamos os nossos bens culturais e conseqüentemente criamos uma identidade que contribua para que a sociedade se aproprie desse bem cultural e exerça a proteção, cuidado e valorização, de uma forma cidadã.

A educação patrimonial ou a valorização dos bens culturais que buscamos partem da relação entre o homem, sujeito, e o objeto transformado por ele. Com a construção dessa identidade, busca-se que as pessoas envolvidas passem a exercer com maior afinco a sua cidadania, e, por conseguinte, criem uma identidade cultural (SOARES, 2009, p. 31).

A escola tem papel fundamental para o estudo, conhecimento e proteção do patrimônio, e é na escola, desde o ensino básico, que a educação patrimonial deve se fazer presente. Para Souza (2011, p. 43), a educação patrimonial é:

[...] a educação patrimonial precisa estar presente em instituições de formação de gestores (seminários, academias militares, universidades, sindicatos, associações, entre outras), mas principalmente nas redes de ensino, devendo ser considerada um objeto relevante de reflexão por aqueles que pensam e articulam a educação brasileira.

Trabalhar a educação patrimonial nas escolas também aproxima mais a escola da comunidade. Desenvolve no educando um maior sentido de valorização das coisas a sua volta que devem ser cuidadas e preservadas. Educando esse, que interessado e instigado, transportará para fora da escola essa nova visão a respeito do patrimônio. Algo que faz sentido é algo que aproxima e transforma.

Nesse sentido, Moraes (2005, p. 2) diz:

A necessidade de trabalhar o Patrimônio Cultural nas escolas fortalece a relação das pessoas com suas heranças culturais, estabelecendo um melhor relacionamento destas com estes bens, percebendo sua responsabilidade pela valorização e preservação do Patrimônio, fortalecendo a vivência real com a cidadania, num processo de inclusão social.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (2022a), que desenvolve políticas a respeito do patrimônio no território nacional, diz a respeito da educação patrimonial:

[...] os processos educativos formais e não-formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação.

Durante muito tempo, a preocupação em trabalhar o patrimônio como parte importante do currículo escolar foi quase nula. Para Lemos (1987), a não inserção do patrimônio na base curricular foi um reflexo da desinformação e até mesmo o desinteresse por parte da sociedade e dos agentes públicos. Somente após a Constituição de 1988, políticas públicas voltadas para a educação, como a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da BNCC, estabeleceram parâmetros e caminhos para sua implementação.

Muito antes de ser uma vontade dos agentes públicos municipais em promover a educação patrimonial, ela deve ser uma política nacional, onde todos os entes da federação tanto na esfera Federal, como estadual e municipal trabalham em conjunto. Tudo o que se faz de forma individual sem uma construção coletiva tende na maioria das vezes a não conseguir resultados concretos. O ex-presidente do IPHAN, Luiz Fernando de Almeida, no Prefácio do Livro “Patrimônio: atualizando o debate” comenta a respeito importância dessa política pública nacional:

A necessária inclusão do tema Patrimônio Cultural nas agendas prioritárias do país só se viabilizará se, por pressuposto, os processos e procedimentos de identificação, documentação, interpretação, salvaguarda e promoção que se acumulam como conhecimento, prática e reflexão na instituição, forem socialmente compartilhados (ALMEIDA, 2006, p. 7 apud JOHN, 2012, p. 325).

A implantação de uma educação patrimonial nas escolas é um esforço conjunto de vários segmentos ligados à educação. Torna-se impossível se não houver propostas claras por parte dos agentes públicos, bem como o interesse das equipes gestoras e da classe docente. Também

é de extrema importância que não somente o poder público e a escola se façam presentes no desenvolvimento da ação voltada ao patrimônio e duração, também é necessário envolver a comunidade onde ela se sinta pertencente e agente dessa transformação na preservação do patrimônio. Assunção (2003, p. 51) diz que é importante “envolver o indivíduo e a comunidade como agentes ativos, na preservação sustentável e na gestão do patrimônio cultural”.

Portanto, em vários momentos, muitas práticas relacionadas à educação patrimonial se perdem, não havendo uma continuidade em sua realização pela falta de interesse ou de uma maior organização de todos os segmentos. Arroyo (2005b) cita que um dos fatores que mais inibe o desenvolvimento da educação patrimonial nas escolas são ações isoladas que não caminham em consonância com as políticas públicas. Logo, é importante compreender a importância da participação do poder público, pois ele será capaz de organizar várias políticas públicas que irão ao encontro e à necessidade da proteção, uso consciente, estrutura e preservação do patrimônio.

A implementação de políticas patrimoniais deve partir dos anseios da comunidade e ser norteada pela delimitação democrática dos bens reconhecidos como merecedores de preservação. Mas a seleção dos bens a serem tombados precisa estar integrada aos marcos identitários reconhecidos pela própria comunidade na qual se inserem (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 59).

Nesse viés, o professor é um elo muito importante, pois ele trará para a sala de aula as propostas oferecidas pelo poder público e gestores referente à educação patrimonial. Mais que trazer as propostas, é importante que ele se sinta motivado e interessado em promover uma educação patrimonial. Portanto, é necessário que tenhamos uma formação de professores direcionada para a educação patrimonial. Também se faz necessário incluir nos debates no âmbito da escola e da gestão pública a inserção da valorização do patrimônio cultural nos currículos escolares. De acordo com Lira (2016, p. 97):

Faz-se necessário, primeiramente, formar um professor com competências para os novos anseios da educação. Gerenciar a formação acadêmica e continuada dos profissionais do ensino é uma responsabilidade de grande desafio. Dentro da escola, o documento norteador é o Projeto Político Pedagógico (PPP), que consolida informações e procedimentos para os docentes de determinada instituição, juntamente com os conteúdos eleitos pela comunidade científica, como também as demandas contextuais das salas de aula. Esses três pilares devem constituir a formação básica do professor deste século.

A respeito da importância da participação e interesse do professor em trabalhar a educação patrimonial em sala de aula, criei um pequeno questionário composto por três

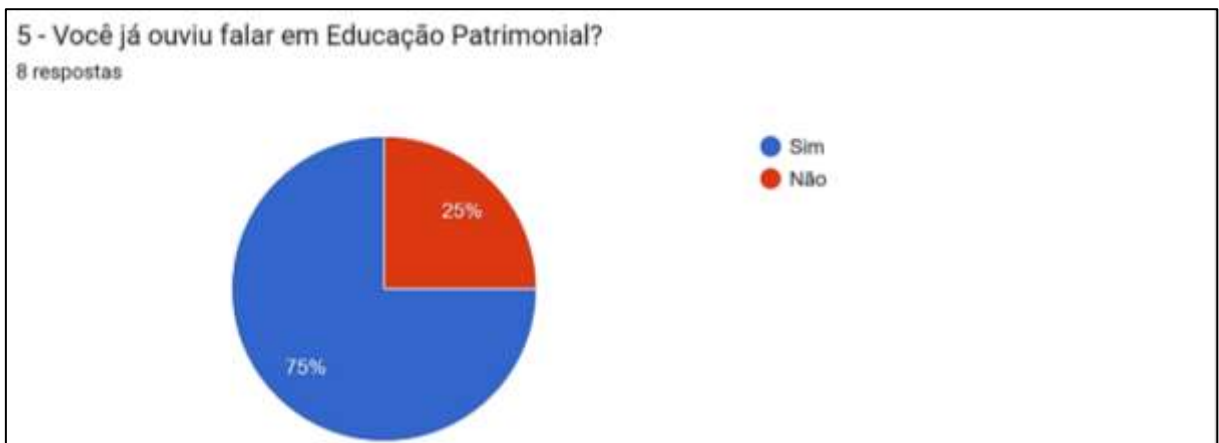
questões. O questionário foi respondido via Google formulários por professores ligados ao ensino fundamental de Lindolfo Collor. A realização do questionário foi para ter uma ideia inicial do quanto os professores estão familiarizados com a educação patrimonial.

O questionário foi respondido de forma anônima por professores(as) da rede municipal e estadual. As opções eram de somente *sim* ou *não*, não podendo refazer as questões. As perguntas foram as seguintes:

- a) Você já ouviu falar em Educação Patrimonial?
- b) Você acha importante termos nas escolas do município conteúdos relacionados ao patrimônio e à história local?
- c) Como professor(a), sente-se preparado(a) para trabalhar sobre patrimônio e história local em sala de aula?

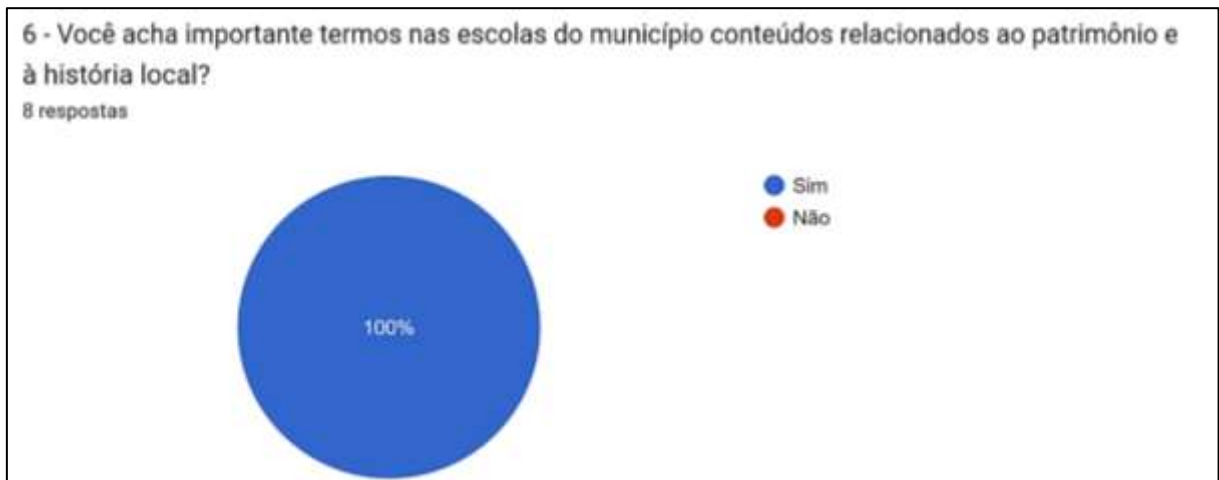
Responderam ao questionário professores e o resultado final está apresentado nos Gráficos 1 a 3.

Gráfico 1 - Você já ouviu falar em Educação Patrimonial?



Fonte: Autor (2023).

Gráfico 2 - Você acha importante termos nas escolas do município conteúdos relacionados ao patrimônio e à história local?



Fonte: Autor (2023).

Gráfico 3 - Como professor(a), sente-se preparado(a) para trabalhar sobre patrimônio e história local em sala de aula?



Fonte: Autor (2023).

Diante dos números apresentados, pode-se analisar que, da maioria dos professores que responderam ao questionário, sete desses professores já ouviram falar na educação patrimonial. A totalidade respondeu que *sim*, é importante trabalhar nas escolas o patrimônio e a história local. Contudo, o número mais preocupante, mas não surpreendente, é que quase 90 % não estão preparados para trabalhar a educação patrimonial.

Esses números nos trazem alento, pois os professores gostariam de trabalhar com o patrimônio e educação patrimonial na escola. Contudo, como já anteriormente analisado, eles precisam de formação, e está também se dará com o interesse do poder público em oportunizar

ao corpo docente acesso ao estudo do patrimônio. Estudo esse não só baseado em teorias, conceitos, mas sim, vivenciar saberes e reflexões a respeito da memória e da identidade.

Logo, atividades de formação de professores a respeito da educação patrimonial são fundamentais e devem se fazer presentes não como uma disciplina, mas fazer parte do currículo, bem estruturado, com orientação bibliográfica e prática; onde o conteúdo tradicional dialogue com uma nova visão a respeito do que aprender, como aprender.

Segundo Busquets (2000, p. 16):

As transformações da realidade escolar precisam passar necessariamente por uma mudança de perspectiva, em que conteúdos escolares tradicionais deixem de ser encarados como o 'fim' da Educação. Eles devem ser 'meio' para a construção da cidadania e de uma sociedade mais justa. Esses conteúdos tradicionais só farão sentido para a sociedade se estiverem integrados em um projeto educacional que almeje o estabelecimento de relações interpessoais, sociais e éticas de respeito às outras pessoas, à diversidade e ao meio ambiente.

Dentro desse contexto do trabalho do patrimônio na escola, não podemos também deixar de analisar a questão do currículo. Esse é um fator muito importante, pois ele será o elo entre a ideia e a prática. Pensar esse currículo mais flexível, que não fique apenas desenvolvido nos conteúdos já preestabelecidos, é um importante caminho para que tenhamos a possibilidade de um conteúdo que vá mais de encontro dos alunos;

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito (VEIGA-NETO, 2002, p. 7).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) nos apresentam os conteúdos que podem ser desenvolvidos em cada nível de educação, além de abrir a possibilidade às redes de ensino estadual e municipal a desenvolver assuntos que atendam às realidades locais (BRASIL, 1997). O estudo do sítio arqueológico em Lindolfo Collor é uma dessas especificidades locais que podem ser trabalhadas nas escolas como forma de apropriação da história local e desenvolvimento de sua identidade. A respeito, o PCN nos diz:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais e as propostas das Secretarias devem ser vistos como materiais que subsidiarão a escola na constituição de sua proposta educacional mais geral, num processo de interlocução em que se compartilham e explicitam os valores e propósitos que orientam o trabalho educacional que se quer desenvolver e o estabelecimento do currículo capaz de atender às reais necessidades dos alunos (BRASIL, 1997, p. 29).

Educar também é um ato de compartilhar, dividir e colocar-se no lugar do outro. Logo, é fundamental dividir experiências, proporcionar troca de informações e construir ações em conjunto. Pensar em educação patrimonial também é dialogar com as várias disciplinas que compõem o currículo de uma escola. É importante que os diferentes saberes se conversem para proporcionar uma nova perspectiva a respeito dos conteúdos. Uma prática interdisciplinar contribui, portanto, para romper com uma visão mais tradicional, de conhecimentos mais fragmentados, para uma educação coletiva onde os interesses e necessidades se conversam. Educação patrimonial tem muito a ganhar com a interdisciplinaridade, pois:

[...] uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para as questões atinentes ao Patrimônio Cultural. Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores em geral [...] de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e do conseqüente interesse sobre o tema (ORÍÁ, 2001, p. 7).

Quando pensamos em uma educação voltada para o patrimônio, devemos pensar que educação nós queremos. Devemos ter cuidado para não cair na armadilha de fazermos mais do mesmo. Pensar educação patrimonial como um espaço de relações, de diálogo de trabalho em conjunto não só na escola como na sociedade em que está inserida. Para Freire (2011), Educação Patrimonial pode ser considerada uma importante ferramenta na afirmação e construção de identidades. Dessa forma, os sujeitos assumem seus papéis como sociais e históricos, como seres pensantes, comunicantes, transformadores, criadores, realizadores de sonhos (FREIRE, 2011).

Trabalhar a educação patrimonial, portanto, forma de alfabetização cultural e possibilitar que o científico e o lúdico caminhem juntos, que a educação formal e informal possa transmitir saberes e valores que se formaram durante a formação do homem em vários períodos de sua história. Portanto, a educação patrimonial funciona como:

Pedagogia que propõe a descolonização da memória e do imaginário do ser humano através de diálogo cultural com outros, por meio de processos de sensibilização, autoleitura, autoconscientização e transformação coletiva. [...] descoloniza a inconsciência política e a memória corporal para intervir na reprodução do passado; uma pedagogia que cultiva a sensibilidade intercultural e a consciência performativa necessária à formação de novas comunidades solidárias e cooperativas, e novas políticas democráticas de libertação (BARON, 2004, p. 419).

4 SÍTIO ARQUEOLÓGICO RS-C-43

Costumeiramente, diz-se que o Brasil é um país que não preserva sua memória. Porém, nos últimos anos, vem se notando uma maior valorização das coisas do passado. Esse passado se faz presente quando suas memórias são devidamente conhecidas, analisadas e interpretadas, trazendo, com isso, uma construção de futuro mais crítico e entendedor das transformações ocorridas na sociedade.

Nesse contexto, um dos locais que é referência para a valorização do passado são os sítios arqueológicos. Constituídos de várias formas, tamanhos e características, possuem um papel fundamental para construção de nossa memória. Podemos definir esses sítios arqueológicos, segundo o IPHAN (2022b), como:

São considerados sítios arqueológicos os locais onde se encontram vestígios positivos de ocupação humana, os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, “estações” e “cerâmicos”, as grutas, lapas e abrigos sob rocha. As inscrições rupestres ou locais com sulcos de polimento, os sambaquis e outros vestígios de atividade humana também são considerados sítios arqueológicos.

Esses são de grande valor, dado que fornecem informações a respeito de como se constituiu e evoluiu a humanidade com o passar do tempo. Por possuírem grande importância no resguardo de tradições, costumes e edificações, guardam boa parte da memória e identidade brasileira, além de apresentarem grande valor para o patrimônio cultural de determinado território ou nação.

A importância do patrimônio arqueológico na construção da memória de um determinado local se faz necessária, pois, através dela, procuramos entender a história local, fazer parte dela valorizando o passado como instrumento de compreensão do mundo em que se vive [...]. Desta forma, a história e a arqueologia são colocadas, aqui, como forma de uma dar suporte à outra, na compreensão destas populações pretéritas e na formação dessas identidades locais (AZEVEDO NETTO; KRAISCH, 2007, p. 7).

Segundo o IPHAN (2022b), o Brasil conta atualmente com mais de 26 mil sítios arqueológicos registrados e espalhados por todo o território brasileiro. Desses, 18 sítios arqueológicos são tombados, estando sob proteção e preservação de acordo com o artigo 23 da Constituição Federal de 1988, sendo um dever de todos os entes da federação preservá-los.

Também, conforme a Lei nº 3924, de 1961, em seu 3º artigo, o uso dos sítios para aproveitamento econômico, a sua destruição e mutilação estão proibidos. Antes de explorados,

devem ser devidamente analisados, pesquisados por profissionais competentes (arqueólogos), sendo também necessária a autorização do Iphan (BRASIL, 1961).

Nesse contexto, dentre os mais de 26 mil sítios registrados, encontra-se o sítio arqueológico RC-C-43 (Quadro 4). A escavação foi realizada sob a coordenação de Padre Pedro Ignácio Schmitz, junto com a equipe da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), entre os anos de 1985 e 1986.

Quadro 4 - Dados gerais

Município	Lindolfo Collor
Código arqueológico	RS-C-43
Cultura /tradição	Umbu
Datação	Entre 10.000 e 4800 anos atrás
Vestígios encontrados	Pontas de projétil, ossos de animais (incluindo mamíferos, pequenas aves e roedores)

Fonte: Instituto Ivoti (2019).

4.1 TRADIÇÃO UMBU

Os vestígios encontrados no sítio arqueológico RS-C-43 são referentes à tradição Umbu. Essa tradição teve um período bastante extenso de existência que vai por volta de 12.000 anos até 500 AP. Geralmente, os sítios da tradição Umbu encontram-se em áreas abertas, em áreas limítrofes de matas da costa leste do planalto meridional, em menor número nas florestas que seguem os rios Paraná, Paraguai, Uruguai e Jacuí, e alguns de seus afluentes, estendendo-se até o cerrado do Brasil Central (SCHMITZ, 2007). Segundo Dias (2007), no Brasil a tradição Umbu encontra-se ligada a regiões subtropicais nos estados do RS, SC, PR e SP.

Segundo Noelli (2000), essas populações da tradição Umbu constituíram basicamente por três tipos de habitações: A) céu aberto; B) abrigo sobre rochas (geralmente a abertura da cavidade é maior que a profundidade); e C) em Cerritos que foram construídos nos dois últimos milênios e que ficavam mais para planície costeira, escudos sul-rio-grandenses na campanha do RS e próximos do Uruguai.

As sociedades da tradição Umbu viviam geralmente em acampamentos temporários deixando instrumentos de pedras com pequenas lascas, resultando em inúmeros projéteis. Os abrigos eram ocupados por longos períodos ou de forma mais rápida. Viviam em terras mais altas na parte alta de colinas, sendo que, em muitos casos, numa região perto de rios.

Quanto às características dos sítios da tradição Umbu, apresentavam uma grande quantidade de pontas de projétil líticas, sendo esses o “carro chefe” dessa tradição que eram

ligados a pequenos e grandes instrumentos bifaciais (LUZ, 2010). De um modo geral, a tradição Umbu pode ser assim descrita:

A Umbu indica um grupo caçador-coletor-pescador, pré-ceramista, com o seguinte material: lítico lascado (trabalho por percussão e pressão) - pontas-de-projétil, raspadores, furadores, lâminas bifaciais, pequenos bifaces, pedras com entalhes, pontas entre entalhes, lascas retocadas, lascas utilizadas, núcleos, etc.; lítico polido - bolas de boleadeira, boleadeira mamilar; lítico utilizado - pedra com depressão semi-esférica polida ("quebra-coco"), batedores, batedores-trituradores, percutores, polidores, etc.; matéria corante (hematita com sinais de utilização); de osso - pontas, agulhas, retocadores, anzóis, etc.; de concha - contas-de-colar (RIBEIRO, 1995, p. 100).

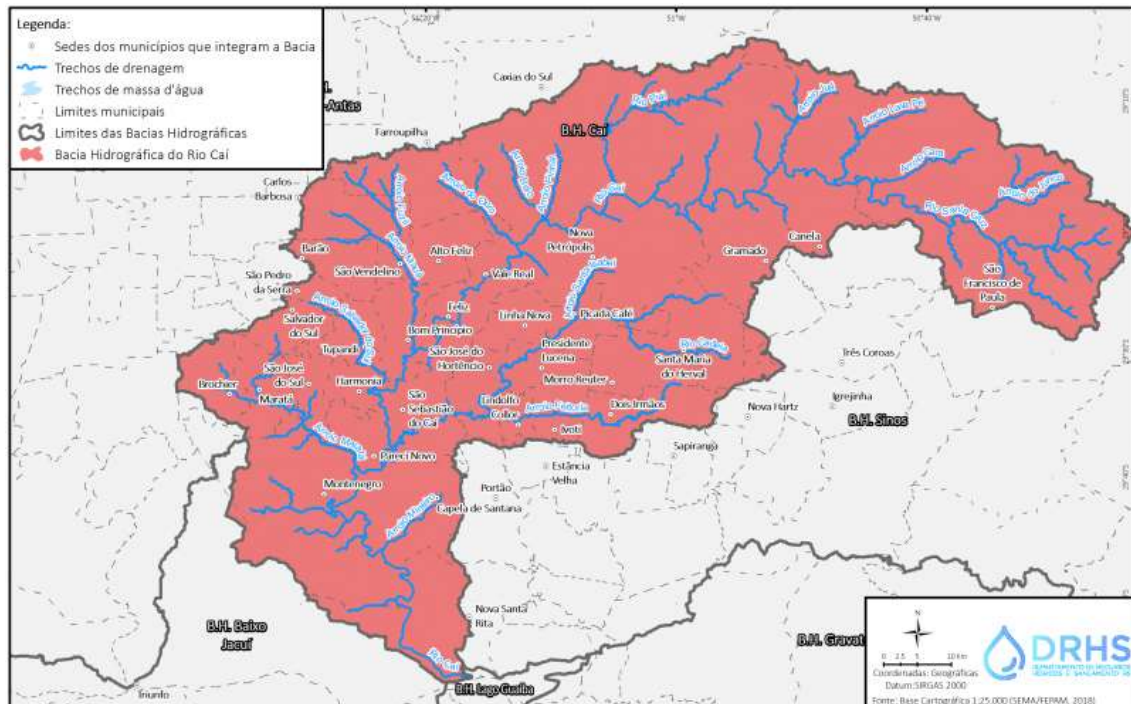
Esta indústria lítica é encontrada em vários sítios arqueológicos da tradição umbu, que tem por características possuir um padrão tecnológico muito parecido, com um material lítico muito semelhante, localizados em um ambiente também muito parecido. Materiais esses encontrados por milênios, estendendo-se pelo período aproximado de 12000 até 1000 AP. A respeito (NOELLI, 2000, p. 230) diz que: “a longa persistência de padrões tecnológicos, com artefatos confeccionados com técnicas similares e, basicamente, com as mesmas matérias primas, desde pelo menos 12.000 até 1.000 AP” e também “A feição externa e a inserção ambiental de seus sítios arqueológicos” (NOELLI, 2000, p. 230).

Para Noelli (2000), contudo, é importante salientar que esses desenvolvimentos tecnológicos similares não mostram que as comunidades que viveram durante esse período tiveram as mesmas condições econômicas, políticas, sociais e culturais. Portanto, o grau de desenvolvimento e as condições de vida em que os moradores do sítio arqueológico tiveram durante sua estadia em Lindolfo Collor, poderiam ser em muitos momentos diferentes dos outros moradores de sítios na região do Vale do rio Caí.

4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO VALE DO CAÍ

O sítio arqueológico RS-C-43 está localizado na região do Vale do Caí, em uma área total de 5.057,25 km², composta por 19 cidades, sendo que Lindolfo Collor encontra-se totalmente inserida nessa bacia hidrográfica (RIO GRANDE DO SUL, 2020). Essa vasta região abrigou uma série de sítios arqueológicos que apresentaram datas e características variadas que foram analisadas e catalogadas (Figura 13).

Figura 13 - Mapa da bacia hidrográfica do Rio Caí



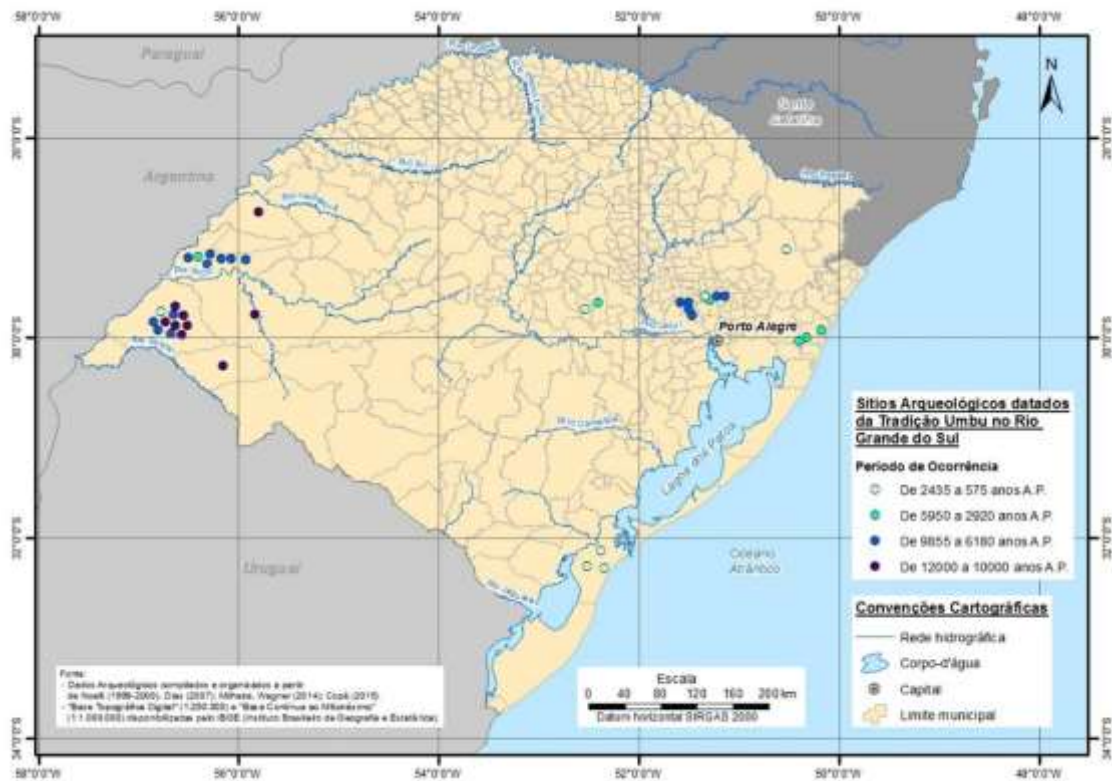
Fonte: Rio Grande do Sul (2020).

A análise catalogada dos sítios arqueológicos deu-se entre os anos de 1956 e 1988, com pesquisas arqueológicas realizadas sobre o comando de Pedro Ignácio Schmitz, Eurico Miller e Pedro Augusto Mentz Ribeiro. Esse trabalho resultou na catalogação de 111 sítios arqueológicos nas áreas ao longo do Rio Caí e de seus afluentes. Desses, 35 foram abrigos sobre rochas e 37 sítios arqueológicos da tradição Umbu. O sítio arqueológico de Lindolfo Collor se insere nessas duas características, pois é abrigo sobre rochas bem como da tradição Umbu (BISSA; DIAS; CATHARINO, 2009).

O período de formação do sítio arqueológico foi datado por volta de 10.000 anos e se estabelece dentro do holoceno. Esse período se inicia por volta de 12.000 anos atrás e se estende até os dias de hoje. Nesse período, a terra entra em uma fase de aquecimento maior, o que possibilitou melhores condições climáticas para o homem se desenvolver e espalhar-se pelo mundo (BISSA; DIAS; CATHARINO, 2009).

A região do Vale do Caí (Figura 14), nesse período, também apresentou uma maior densidade de sua vegetação e um aumento da fauna. As chuvas mais regulares e um clima mais favorável, possibilitaram o aumento da população, ainda que em pequenos números. É neste contexto climático em que viveram os indígenas que se estabeleceram no sítio arqueológico RS-C-43 durante milênios.

Figura 14 - Região do Vale do Caí



Fonte: Galhardo *et al.* (2018).

4.2.1 Região

Os habitantes que moravam na região do Vale dos Sinos na época eram compostos por grupos reduzidos de pessoas. Eles viviam em abrigos não muito extensos. Muitos deles sobre rochas, onde se estabeleciam em pequenos grupos, estes onde conseguiam permanecer por mais tempo, ou em grupos maiores, porém menos tempo. Grupos menores não necessitam de tanta comida e, portanto, o que a natureza oferecia será suficiente por um tempo maior. Grandes grupos consumiram mais recursos da natureza e esses se exauriram mais rápido, obrigando a se locomover mais rapidamente.

Os locais de ocupação são de pequenas dimensões (mais ou menos 50 metros de diâmetro). Essa constatação estaria a indicar pequenos grupos habitando os locais por muito tempo, ou ocupação de grandes grupos por pouco tempo. Os aterros no sudeste e os abrigos sob rocha no vale dos rios Taquari, Caí e Sinos, por suas características dimensionais, nos levam a optar pela primeira questão. O número pode girar em torno de 8 a 10 famílias, 25 ou 40 indivíduos (RIBEIRO, 1994, p. 9).

A bibliografia consultada afirma que ainda não conseguiam desenvolver uma tecnologia mais apurada para que pudessem sair do nomadismo e estabelecer uma moradia fixa, graças à

prática de agricultura e a domesticação de animais. Logo, era constante a troca de lugar nas buscas de alimentos que a fauna e a flora pudessem oferecer.

Esses moradores que aqui viveram encontraram boa quantidade de matas, água e várias formas de vida nas quais podiam se alimentar. Aqui se podia encontrar anta, veados, quatis, pacas, tatus, cágados, entre outros. Também, se alimentavam de ovos, caramujos, frutas e tudo aquilo que pudesse ser comestível a eles.

Segundo Schmitz (1991), foram encontradas evidências que comprovam a presença humana nesta região. Ao longo de rios, encostas, abrigos rochosos, foram encontrados muitos objetos líticos que iam de furadores, lâminas polidas, quebras coquinhos entre outros objetos. Essa quantidade de material lítico produzido foi possível graças às formações geológicas encontradas encostadas na encosta da serra, que ofereciam material abundante para a confecção.

4.2.2 Análise do sítio arqueológico RS-C-43

Como já referido anteriormente, a escavação foi realizada sob a coordenação e organização de Padre Pedro Ignácio Schmitz. Essa equipe fez a escavação, separação e guarda do material encontrado no local, todavia, segundo o Professor Dr. Jairo Henrique Rogge, que também participou da escavação, não foi feita nenhuma datação, pela falta de material que pudesse confirmar a idade. Também segundo o Prof. Dr. Jairo, a datação aproximada do sítio arqueológico deu-se por semelhança de outros objetos líticos encontrados no sítio arqueológico Afonso Garivaldino Ribeiro Rodrigues, na localidade de Batinga Sul, no município de Brochier (Figuras 15 a 18).

Figura 15 - Escavação do sítio arqueológico



Fonte: Arquivo da SEMECT/Lindolfo Collor.

Figura 16 - Área interna do sítio arqueológico



Fonte: Autor (2022).

Figura 17 - Localização do sítio arqueológico



Fonte: Google Maps (2022).

Figura 18 - Sinalização turística e placa com informações a respeito do sítio na parte externa



Fonte: Autor (2022).

Uma breve análise referente ao sítio arqueológico RS-C-43 deu-se através de Dias (1996), que analisou os materiais líticos encontrados no sítio (Figura 19). O breve resumo está baseado integralmente nas informações produzidas no artigo publicado por Adriana S. Dias. Nesse estudo, foram analisadas 404 pontas de projéteis em duas etapas. Os objetos líticos encontrados foram divididos em três grupos para análise, estes que possuíam especificidades próprias. A datação aproximada mais antiga encontrada foi por volta de 10.000 anos (DIAS, 1996).

Figura 19 - Objetos líticos encontrados



Fonte: Arquivo da SEMECT/Lindolfo Collor.

O primeiro grupo de objetos líticos analisados foram em um total de 131 objetos, com dimensões médias de 3,7 x 2,0 x 0,7 cm. Os materiais, em sua maioria, são compostos por arenito silicificado processado por uma tecnologia unipolar. Já o segundo grupo de peças líticas analisadas foi composto em um total de 228, e apresenta peças apendulacadas com tamanho médio de 2,6x 1,1x0,5. Sua formatação é bipolar, de composição calcedônica. Esse grupo de objetos líticos analisados representa 53% dos objetos líticos no local. E, por último, o terceiro grupo é composto de 48 pontas de projéteis pendulacadas com tamanho médio de 2,4 x 1,2 x 0,5, de forma triangular com bordas serrilhadas.

A escavação deu-se em 5 camadas com 15 níveis artificiais, atingindo a profundidade de até 1,30 metros. A presença humana deu-se de forma contínua e, além de material líticos, também se encontraram ossadas de animais de pequeno porte e conchas de moluscos terrestres. O sítio arqueológico RS-C-43 está bem catalogado, tendo os materiais líticos bem conservados e guardados em local seguro, atualmente no Instituto Anchieta de Pesquisas da UNISINOS. Hoje, o sítio também está passando por um processo de valorização, como sinalização turística, com placas informativas, totens explicativos e acesso adequado (Figura 20).

Figura 20 - Entrada do Sítio Arqueológico



Fonte: Autor (2023).

Contudo, não faz sentido ter toda uma estrutura que bem atende os estudantes, professores, comunidade local e turistas se não soubermos o que fazer com ele. É necessário que seja um espaço de saber, indagações e reflexões. É preciso sair do físico e propor outros sentidos para ele.

Portanto, acima de tudo, além proteger os sítios arqueológicos, é importante entendê-lo:

Para que possamos proteger nossas referências culturais, é preciso que ocorra um grande processo que começa com o conhecer. Sem conhecer nossa cultura não seremos capazes de identificar suas características mais preciosas, seus detalhes mais ricos, conseqüentemente, não vamos atribuir nenhum valor (BONINI; PEREIRA, 2016, p. 20).

Também é refletir: “Como era este lugar no passado?”, “Quais transformações ocorreram?”, “Quem por ali passou?”, “Quais os vestígios ele deixou?”, “Como os seus habitantes se relacionaram com o que estava em sua volta?”, e olhar e entender que ele também teve vida própria e que foi reflexo de ações que se sucederam por milênios, e que trazendo para o presente nos oferecem informações valiosas para compreendermos quem fomos no passado, mostrando que somos ricos de cultura, não só do tempo presente, mas de um tempo distante.

Diante disso, a prevenção dos sítios arqueológicos tem uma importância fundamental, pois contribuem para que história não se perca, que a memória não caia no vazio e que as futuras gerações compreendam que o mundo em que vivem, foram conseqüências de vivências e ações que se repetiam ao longo do tempo. Portanto, com cuidado com o patrimônio arqueológico se faz necessário pois:

A importância do patrimônio arqueológico na construção da memória de um determinado local se faz necessária, pois, através dela, procuramos entender a história local, fazer parte dela valorizando o passado como instrumento de compreensão do mundo em que se vive [...]. Desta forma, a história e a arqueologia são colocadas, aqui, como forma de uma dar suporte à outra, na compreensão destas populações pretéritas e na formação dessas identidades locais (AZEVEDO NETTO; KRAISCH, 2007, p. 7).

5 TRILHA ARQUEOLÓGICA

5.1 JOGO

5.1.1 Uma breve história dos jogos no mundo

A presente pesquisa é voltada para a criação de um material pedagógico (Jogo da trilha arqueológica) para a rede municipal e estadual de ensino de Lindolfo Collor, mais especificamente aos alunos do Ensino Fundamental dos anos iniciais, a partir de estudos do patrimônio Cultural, Sítio arqueológico RS-C-43, também conhecido como Abrigo Capivara.

Os jogos estão presentes na humanidade há milênios. Eles acompanharam a evolução da sociedade e estão presentes em várias culturas. A bola e a boneca foram os primeiros brinquedos que surgiram, mas com o passar dos anos foram se desenvolvendo e se sofisticando. Jogos de tabuleiro encontrados na Mesopotâmia e no Egito comprovam que a humanidade caminhou junto com o lúdico (DELGADO NETO, 2005).

Na Grécia e Roma antiga surgiram os primeiros estudos para que os jogos tivessem um olhar de aprimoramento na aprendizagem. Platão salientava a importância dos jogos educativos como uma forma de oposição a violência e opressão que havia na educação da época. Já o pensador Aristóteles propagava que o uso do jogo poderia ajudar no desenvolvimento do ser humano até a sua vida adulta (ENSINO SUPERIOR, 2016).

Com o cristianismo o uso do jogo entrou em descrédito, pois passou-se a ter um viés de uma educação mais disciplinadora, de repetição, respeito e submissão. Desse modo os jogos passaram a ser ligados a festa, bebedeira (NALLIN, 2005). Somente após o renascimento, o jogo passou a ter um olhar diferente, uma visão mais lúdica, um passatempo que contribuía para o desenvolvimento da inteligência e também para os estudos. Neste período, as crianças tinham seus jogos próprios, da infância propriamente dita. Entretanto, conforme iam crescendo, os jogos e brincadeiras, como o boliche e a bola, eram utilizados como uma forma de recreação entre crianças e adultos. Ariès (2011, p. 49) escreve a respeito:

A especialização das brincadeiras atingia apenas a primeira infância; depois dos três ou quatro anos, ela se atenuava e desaparecia. A partir dessa idade, a criança jogava os mesmos jogos e participava das mesmas brincadeiras dos adultos, quer entre crianças, quer misturada aos adultos!

O surgimento da revolução industrial no século XVIII foi prejudicial quanto ao jogo e sua ludicidade. Para Carvalho (1996), brincar, jogar, não poderia se fazer presente durante as

aulas, pois o objetivo principal das crianças era para o mundo do trabalho e neste mundo o brincar e o jogar eram prejudiciais aos interesses da indústria que na época florescia. Como a educação era para a classe dominante, a burguesa, o acesso para os jogos era basicamente exclusivo a essa classe.

Com o fim da revolução francesa e o advento do século XIX, novas ideias e novas práticas pedagógicas surgiram. O jogo e lúdico começaram a fazer parte da educação de forma mais efetiva. Muitos pensadores começam a ver a criança e o adulto como seres distintos e portanto com suas características distintas. Essa diferenciação refletiu também na educação, pois a partir dessa mudança, obteve-se uma nova visão educacional voltada para a valorização das peculiaridades. Passou-se então a ter uma visão mais protetora da criança e estudiosos e pesquisadores, como Rousseau, Friedrich Fröbe e Johann Pestalozzi, valorizam a importância do jogo e brincadeira como parte importante da educação (BARBOSA, 2007).

Por fim, no século XX, profundas transformações ocorreram na sociedade, frutos de grandes conflitos, surgimento de tecnologias avançadas, mecanização da produção também por consequências que refletiram-se na educação e suas práticas. Educadores como Maria Montessori (1870-1952), Paulo Freire (1921-1997), psicólogos como Lev Semionovitch Vigotski (1896-1934) biólogos como Jean Piaget (1896-1980) corroboram com a importância dos jogos e brincadeiras em sala de aula, como forma de que o aluno possa se apropriar do mundo, saiba se desenvolver e acompanhar as mudanças que nele ocorriam.

Para Piaget (1978), o jogo não tem apenas a função de descarrego de energias ou um momento para que os professores tenham mais “folga”, mas sim um momento em que o aluno possa desenvolver seu lado intelectual, de raciocínio, contribuído assim para o desenvolvimento da aprendizagem. Já Freire (1997) diz que o jogo é importante para dar simbolismo às coisas, para saber lidar com o próximo, para a construção da identidade.

Portanto, o século XX, foi um marco para o jogo e lúdico na sala de aula, além das novas teorias com o surgimento da Nova escola, colocando o aluno no centro da aprendizagem, a valorização da pesquisa, o método investigatório e a necessidade de investir na educação como fator de desenvolvimento econômico e social, mudaram visão de ensinar e aprender, onde o jogo teve um papel fundamental para essa transformação.

5.1.2 Uma breve história dos jogos no Brasil

Segundo Kishimoto (1993), no Brasil, os jogos e brincadeiras são introduzidos com os indígenas que aqui já moravam, e também com a chegada dos portugueses e dos negros a partir

do século XVI. Jogos como do pião, tabuleiros, jogos com bola trazidos da Europa, aliados aos personagens como a mula sem cabeça, a cuca, entre outros, ajudaram a moldar o cenário e o imaginário dos jogos e da ludicidade no Brasil. Também para Kishimoto (1993, p. 15), uma característica muito importante respeito desses jogos e brincadeiras foi a transmissão de pai para filho, pois assim se pode perpetuar até os dias de hoje:

A tradicionalidade e universalidade dos jogos assenta-se no fato de que povos distintos e antigos como os da Grécia e Oriente brincavam de amarelinha, de empinar papagaios, jogar pedrinhas e até hoje as crianças o fazem quase da mesma forma. Esses jogos foram transmitidos de geração em geração por meio de conhecimentos empíricos e permanecem na memória infantil.

Quanto ao uso do jogo e a sua importância lúdica e pedagogicamente, inicialmente foi introduzido com presença dos jesuítas no Brasil no século XVII. Quando aqui se instalaram com a missão de catequização dos indígenas e da propagação da fé cristã católica, usavam os jogos e brincadeiras como uma forma de complementar a formação do educando (SÃO PAULO, 2023). Por um bom período, até à expulsão da ordem do Brasil em 1759, a ideia negativa que a sociedade tinha sobre brincar e jogar nas escolas foi deixada de lado (SÃO PAULO, 2023).

Ariès (2011, p. 65):

Mas foram os colégios jesuítas que impuseram pouco a pouco às pessoas de bem e amantes da ordem uma opinião menos radical com relação aos jogos. Os padres compreenderam desde o início que não era nem possível nem desejável suprimi-los, ou mesmo fazê-los depender de permissões precárias e vergonhosas. Ao contrário, propuseram-se a assimilá-los e a introduzi-los oficialmente em seus programas e regulamentos, com a condição de que pudessem escolhê-los, regulamentá-los e controlá-los. Assim disciplinados, os divertimentos reconhecidos como bons foram admitidos e recomendados, e considerados a partir de então como meios de educação tão estimáveis quanto os estudos.

Foi também a entrada do século XX no Brasil que mudou bastante o panorama referente à educação. Assim como na Europa, a Escola Nova surgida nos EUA e Europa também influenciou muito na prática pedagógica brasileira. Esta teoria questionava o ensino tradicional, pois era influenciada por biólogos e psicólogos que diziam que seus corpos e a parte psicológica eram moldados na educação (CARDOSO; BATISTA, 2021). No Brasil, a escola Nova buscou modernizar a educação, objetivando uma maior democratização aos desafios da sociedade industrial. Logo, os jogos e recreação aos poucos começaram a fazer parte do cotidiano da escola.

Com a criação da LDB, em 1996 e as PCNS, com a educação integral, os jogos ganharam bastante importância. Passaram a ser um recurso importante na formação e desenvolvimento da aprendizagem do aluno. A visão do conhecimento do aluno por disciplina individualizada, como se fosse em gavetas, dava lugar ao conhecimento integral onde as disciplinas trabalham em conjunto. Neste contexto, os jogos mostraram ter um papel relevante, pois a prática docente tradicional perdeu espaço para uma educação inclusiva, libertadora e que valorizava as características do aluno:

Pode-se, entretanto, utilizar os jogos, especialmente àqueles que possuem regras, como atividades didáticas. É preciso, porém, que o professor tenha consciência de que as crianças não estão brincando livremente nestas situações pois há objetivos didáticos em questão (BRASIL, 1998, p. 29).

5.1.3 Os jogos e educação

Com o passar dos anos e com avanço da tecnologia, os jogos passaram a estar cada vez mais presente, serem mais criativos, de variadas tipologias e com a presença constante de ferramentas cada vez mais sofisticadas que possibilitaram jogos mais modernos e cada vez mais interativos. A escola, dentro deste contexto, também teve suas contribuições, jogos que vão de tabuleiros, cartas, dominós, bingos educativos e, atualmente, com a internet, jogos digitais.

Os jogos educativos estão cada vez mais presentes em nossa vida e tem um papel pedagógico e lúdico muito importante. Quando bem organizados, trazem uma série de benefícios ao aprendizado e à socialização do aluno que vão desde a concentração ao desenvolvimento cognitivo, afetividade, entre outros. De acordo com a pesquisa realizada no estado de São Paulo, 95% dos alunos voltaram da pandemia do Covid-19 com mais dificuldade de concentração e diminuição da participação em aula (LEITE, 2023). Portanto, algo que já era comum como a desatenção e o desinteresse pelas aulas, só piorou com a pandemia.

Segundo Dinello (2004), por meio de atividades lúdicas as crianças manifestam, com evidência, uma aprendizagem de habilidades, transformam sua agressividade em outras relações criativas, crescem em imaginação e se socializam, melhorando o vocabulário e se tornando independentes.

Corroborando com Dinello (2004), Passerino (1998) cita que o uso de jogos educativos como uma ferramenta pedagógica é muito importante, pois apresenta inúmeras vantagens no processo de aprendizagem, tais como:

- a) desenvolve o raciocínio lógico, a rapidez, a concentração;

- b) motiva o aluno à realização de atividades com mais empenho, interesse e com isso, potencializando a aprendizagem;
- c) propicia o desenvolvimento do trabalho coletivo;
- d) desafia o educando a sair da zona de conforto, motivando-o a buscar novos jogos que contribuam na aprendizagem.

Quanto aos jogos de trilha especificamente, também apresentam grande contribuição pedagógica aos alunos. Crianças entre 6 a 10 anos de idade melhoram seu raciocínio lógico, estimulando a alfabetização de uma forma lúdica e divertida. Também desenvolvem outras habilidades como estratégia, raciocínio, administração, comunicação, concentração, negociação, entre outros (RIPIO, 2022).

A utilização de jogos como forma de complementar o aprendizado do educando propicia ao aluno uma nova perspectiva em relação ao que está aprendendo. O diálogo entre o cotidiano com o conteúdo tradicional e o lúdico potencializam novos saberes, tirando o educando da zona de conforto e abrindo um leque de perspectivas que vão além do que está posto. Segundo Macedo, Petty e Passos (2000, p. 30), “do ponto de vista profissional, a ação de jogar é meio para trabalhar a construção, a conquista ou a consolidação de determinados conteúdos, atitudes e competências”.

Outro aspecto importante e relevante no processo de aprendizado do jogo é a capacidade de motivação e interesse que ele pode oferecer ao aluno. Muitas vezes, aulas tradicionais causam um grande desinteresse, refletindo assim na aprendizagem do aluno e causando dificuldade na leitura, escrita e muitas vezes, provocando a sua evasão. O jogo é um dos gatilhos que contribuem para dar significado ao aprendizado. Bianchi (2011, p. 12) destaca: "a falta de significados dos conteúdos ensinado em sala de aula é uma das causas da desatenção por parte dos alunos, da desmotivação, desinteresse, e falta de memorização”.

Ter o jogo como ferramenta para o desenvolvimento da aprendizagem, só terá sentido se houver a percepção por parte dos educadores de sua importância. Assim como verdadeiras políticas públicas voltadas para uma educação patrimonial, também é importante que o corpo docente esteja motivado a usar o jogo em sua aula. Sobre isso, Lima (2008, p. 28) salienta:

[...] a proposta de utilizar de forma complementar o jogo e as tarefas escolares exige do professor, por meio do processo de formação e de estudo, uma mudança de concepção, que o leve a aceitar a criança como um ser interativo, imaginativo, ativo e lúdico e descubra o potencial de desenvolvimento que está por trás das brincadeiras e dos jogos.

Com o passar dos tempos e o avanço das tecnologias, como computadores, internet, celulares, aplicativos, mudou-se muito o cotidiano da sociedade. Esses avanços tecnológicos também refletiram na escola. A tecnologia digital aumentou o leque de possibilidades para a prática docente em sala de aula. O uso de tecnologias realizado de forma consciente, controlada, realizado em parceria com o aluno contribui na prática docente. Para Falkembach (2006, p. 1), o uso de jogos digitais ajuda a:

Os jogos educacionais computadorizados são softwares que apresentam conteúdo e atividades práticas com objetivos educacionais baseados no lazer e diversão. Nesses jogos a abordagem pedagógica adotada utiliza a exploração livre e o lúdico e como consequência estimula o aprendiz. Os jogos digitais auxiliam na construção da autoconfiança e podem incrementar a motivação no contexto da aprendizagem. A atividade de jogar é uma alternativa de realização pessoal que possibilita a expressão de sentimentos, de emoção e propicia a aprendizagem de comportamentos adequados e adaptativos

Apesar dos jogos educacionais digitais contribuírem de forma positiva para a educação, os jogos tradicionais físicos ainda apresentam uma grande vantagem em relação aos digitais. Estar em contato mais próximo com os colegas de escola, cria uma interação momentânea, possibilita conhecer melhor as reações dos alunos, troca de informações e necessidade de ações rápidas por parte do estudante, bem como o contato físico com o jogo aproxima ainda mais com o seu objetivo de aprendizagem.

Sobre isso Carvalho (2021 apud LEONE *et al.*, 2023, p. 10) diz:

Mas os jogos de tabuleiro como estratégia educacional são igualmente importantes em tempos ludificados: jogos fazem as pessoas se olharem nos olhos, e criam interações sociais que incluem algo que esquecemos ser fundamental: a presença, o corpo. Quando estamos fisicamente diante uns dos outros e podemos interagir sem a mediação de um recurso eletrônico, somos capazes de acessar outro nível de entrosamento/empatia. Além disso, o jogo físico no centro da mesa permite análises coletivas do que está ocorrendo e propulsiona uma série de atividades possíveis de se fazer com os alunos de todas as idades.

É importante salientar que os jogos pedagógicos devem ser pontos de apoio, um reforço para os conteúdos trabalhados em sala de aula. Ele deve ser um caminho, de forma divertida, prazerosa que venha a contribuir na aprendizagem do aluno. Pode também facilitar e potencializar a aprendizagem dos conteúdos. No entanto, para a confecção e utilização dos jogos é importante que haja um planejamento um estudo sobre eles, pois pode-se correr o risco de não haver uma relação do jogo com os conteúdos trabalhados e com isso, perder significado e importância. Sobre isso, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil diz:

O jogo pode se tornar uma estratégia didática quando as situações são planejadas e orientadas pelo adulto visando a uma finalidade de aprendizagem, isto é, proporcionar à criança algum tipo de conhecimento, alguma relação ou atitude. Para que isso ocorra, é necessário haver uma intencionalidade educativa, o que implica planejamento e previsão de etapas pelo professor, para alcançar objetivos predeterminados e extrair do jogo atividades que lhe são decorrentes (BRASIL, 1998, p. 211).

Tem-se por base para este trabalho com as turmas, a BNCC, que é um documento normativo é muito importante estabelece as normativas para a composição do currículo, tanto na rede pública como privada, servindo de base para que o aluno desenvolva competências, habilidades e conhecimentos durante sua educação básica, possibilitando, assim, um amplo desenvolvimento de seus conhecimentos.

A BNCC é composta por dez competências gerais, que, de um modo geral, procuram desenvolver no aluno o pensamento crítico, o conhecimento, a valorização da cultura, a preparação para o trabalho, a vida em sociedade, o respeito e a cidadania (BRASIL, 2017).

Entre as dez competências, destaca-se a competência número três, a qual se refere: “Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, dos locais às mundiais, é também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural” (BRASIL, 2017, p. 9). Essa competência aproxima o aluno do mundo da diversidade, das diferenças e da compreensão de um mundo histórico não somente do tempo, mas de um tempo passado que se faz presente.

A BNCC, então, promove uma visão mais crítica a respeito do patrimônio local e é nesse contexto que minha pesquisa se insere, pois ela busca analisar, interpretar e mostrar a importância do cuidado e da valorização do patrimônio local, no caso, o sítio arqueológico.

O Sistema Municipal de Cultura de Lindolfo Collor, criado através da Lei Municipal nº 1.441, de 2021, também aborda, no capítulo IX, em sua seção III, Subseção II, artigo 36, a importância da realização de ações voltadas à preservação, cuidado e estudo com o patrimônio cultural:

X - garantir a cidadania cultural como direito de acesso a fruição de bens culturais, de produção cultural e de preservação da memória histórica, social, política, artística paisagística e ambiental, encorajando a distribuição das atividades de produção, construção e propagação cultural do município (LINDOLFO COLLOR, 2021).

Importante salientar que a criação do Sistema Municipal de Cultura teve a participação de professores e gestores da rede municipal de ensino, que contribuíram pensando em um viés direcionado à abordagem educacional. Isso é essencial, pois há um diálogo entre todos os

setores da sociedade e a escola, visando a criação de políticas públicas, relacionadas ao patrimônio que também se refletem na escola.

Quando pensamos em educação patrimonial, devemos entender que ela é a ligação entre o passado e o presente. Ela possibilita que o passado possa ser atual, onde a construção do conhecimento é o resultado de múltiplas ações que contribuam para o desenvolvimento cultural. O aluno faz parte desse processo, dado que ele se conhece e entende a sua importância para fazer a história.

Nesse ínterim, a escola tem o papel fundamental de trazer o conhecimento ao encontro dos estudantes. O professor é a figura central, pois é ele que possibilitará o acesso a um conhecimento mais apurado. Não o conhecer pelo conhecer, mas o conhecer para aprender. A respeito disso, Carl Rogers, através do portal da Secretaria da Educação do Paraná, disserta:

Por aprendizagem significativa entendo uma aprendizagem que é mais do que uma acumulação de fatos. É uma aprendizagem que provoca uma modificação, quer seja no comportamento do indivíduo, na orientação futura que escolhe ou nas suas atitudes e personalidade. É uma aprendizagem penetrante, que não se limita a um aumento de conhecimento, mas que penetra profundamente todas as parcelas da sua existência (PARANÁ, 2022).

Dessa forma, o desenvolvimento da proposta será realizado com uma visão pedagógico-histórica. Como embasamento na proposta, será realizada uma pesquisa bibliográfica no campo da história e da educação. A participação do corpo docente se dará através de contribuições que possam trazer sentido à construção do conhecimento pelos educandos. A sala de aula será o local onde se efetivará verdadeiramente o processo de estudo e desenvolvimento do jogo digital.

O professor tem grande relevância no desenvolvimento de assuntos relacionados à educação patrimonial em sala. É ele que estará cotidianamente com o aluno, tendo um entendimento dos interesses, das dificuldades e dos progressos. Quando falamos em jogos, ele também tem um papel significativo, pois fará a mediação entre os conteúdos e os alunos. Muitas vezes o aluno tem o interesse, é proativo, contudo não consegue ter acesso ao conhecimento, à tecnologia, de forma que ela possa propiciar uma aprendizagem significativa. Nesse sentido, apresenta-se um questionamento que atualmente se faz muito presente: O professor sabe lidar com o mundo digital? O professor tem interesse em usar jogos em sala de aula? O quanto ele considera importante o uso das mídias em aula?

Pensando nestas indagações, realizei um pequeno questionário para ser respondido pelos professores(as) de Lindolfo Collor. O questionário foi realizado através do google formulário*, sendo composto por quatro questões, onde os(as) professores(as) poderiam responder apenas

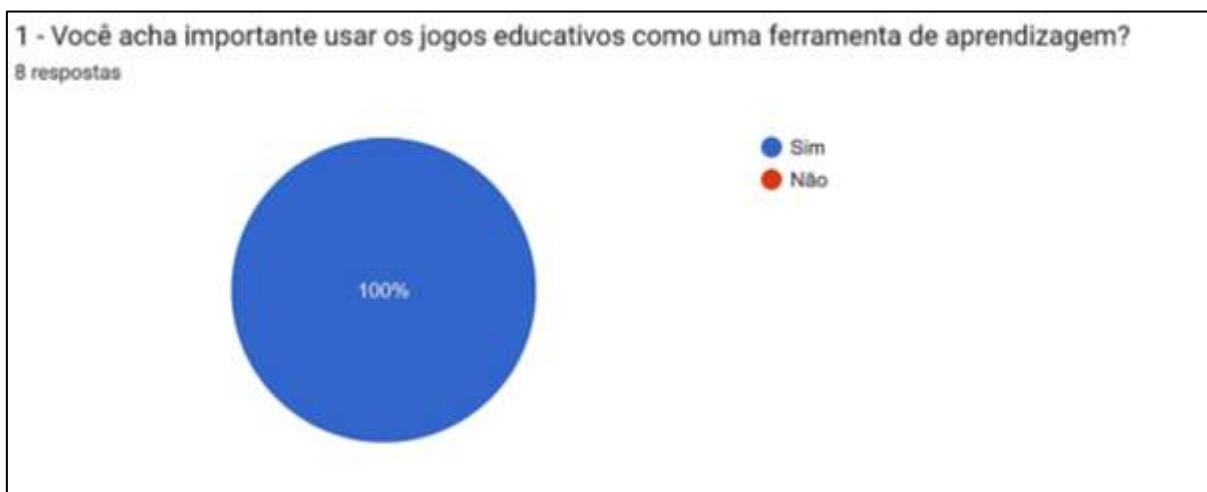
uma vez. Dei preferência ao corpo docente que leciona com os alunos do ensino fundamental dos anos iniciais, pois o produto da pesquisa é preferencialmente dirigido a esse nível de estudo.

As perguntas foram as seguintes:

- a) Você acha importante usar os jogos educativos como uma ferramenta de aprendizagem?
- b) Você costuma usar jogos on-line em sala de aula?
- c) Se não usa, diga o porquê?
- d) Se você já usou ou usa jogos digitais, no que você acha que eles mais contribuem para a aprendizagem do aluno?

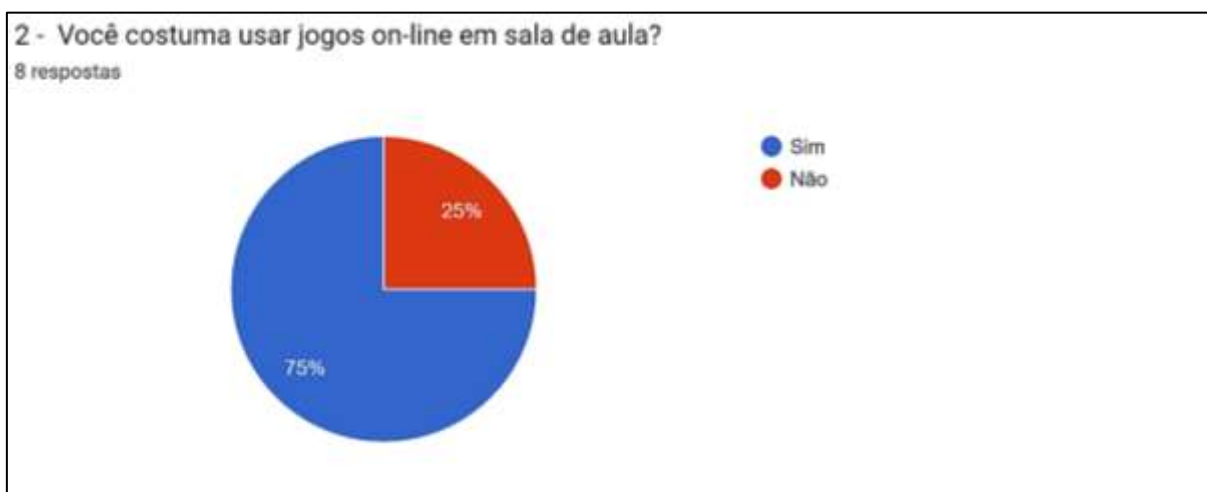
Nos Gráficos 4 a 7, tem-se o resultado a respeito das perguntas.

Gráfico 4 - Você acha importante usar os jogos educativos como uma ferramenta de aprendizagem?



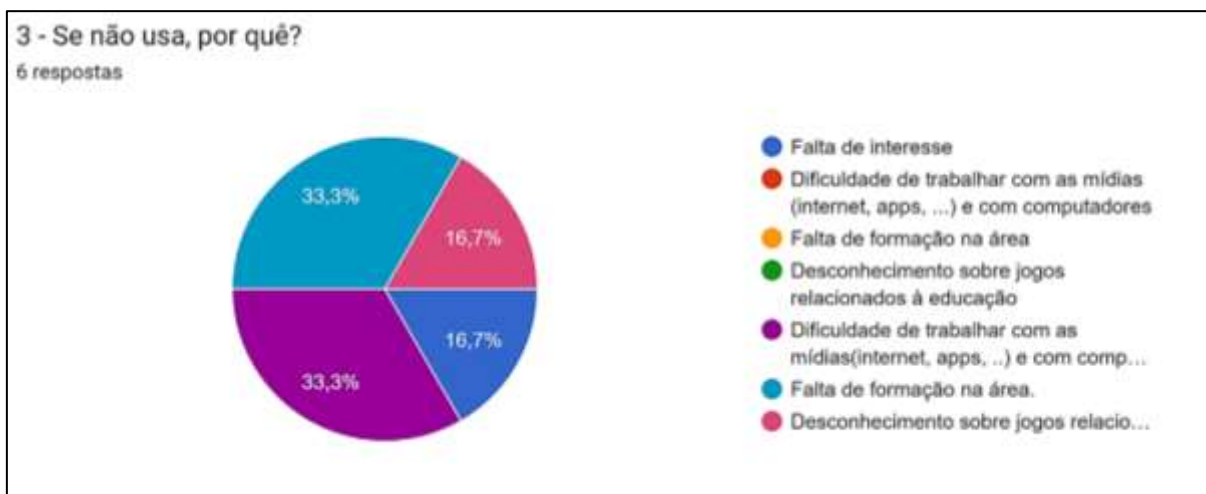
Fonte: Autor (2023).

Gráfico 5 - Você costuma usar jogos on-line em sala de aula?



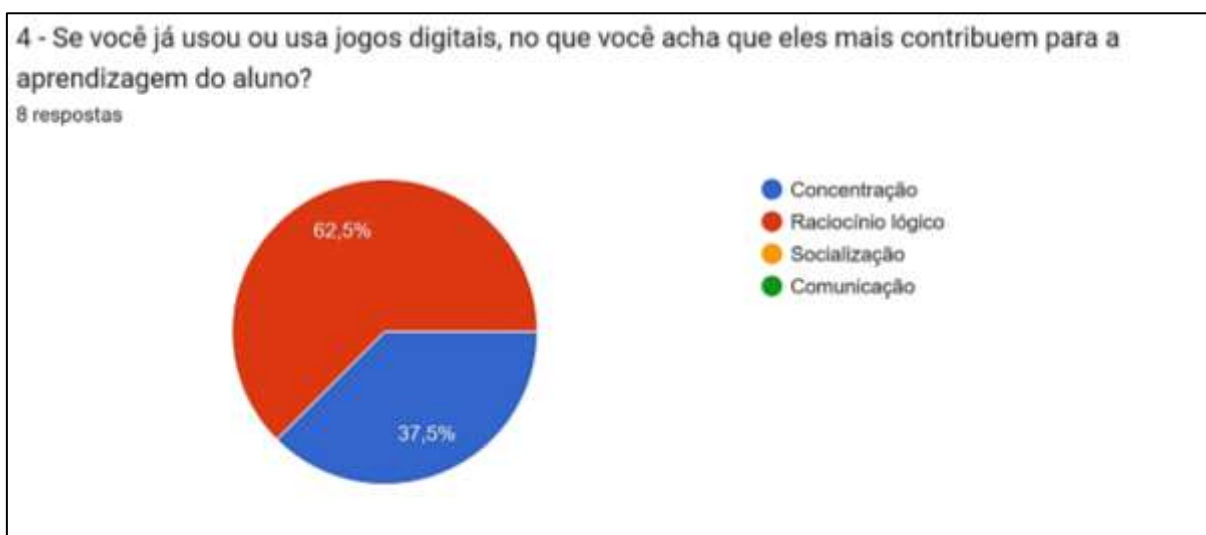
Fonte: Autor (2023).

Gráfico 6 - Se não usa, diga o porquê?



Fonte: Autor (2023).

Gráfico 7 - Se você já usou ou usa jogos digitais, no que você acha que eles mais contribuem para a aprendizagem do aluno?



Fonte: Autor (2023).

A quantidade de professores que responderam não foi a esperada. Pode-se ter uma ideia bem clara do que pensam sobre jogos. Todos os professores acham válido usar jogos como forma de aprendizagem. A maioria dos professores utiliza jogos digitais nas suas aulas. Quanto aos que não usam, nota-se claramente que não o fazem por dificuldade do uso das mídias digitais, mas sim pela falta de formação específica. Em menor número há também os que não conhecem jogos que possam enriquecer a prática docente. Um número bem reduzido, não tem interesse em usar jogos em aula, o que nos mostra que há um campo vasto para trabalhar jogos em sala de aula.

Outro aspecto muito importante mostrado, é que os jogos, segundo os professores, são grandes aliados no aprendizado, pois estimulam o raciocínio lógico e a concentração. Este aspecto também é de grande valia, pois nos dias atuais os alunos apresentam grande dificuldade de concentração. Desenvolver atividades de raciocínio lógico contribui para diminuir essas dificuldades.

O professor deve ser criativo e não depender somente do que já está pronto, mas poder utilizar novas técnicas por ele elaborada, sendo assim a diferença em sala de aula. Necessário é estar em constante aperfeiçoamento, buscando cada dia mais para evitar o tradicionalismo em sala de aula (JUNCKES, 2013, p. 3).

5.2 TRILHA ARQUEOLÓGICA

A presente pesquisa é voltada para o patrimônio cultural material, sítio arqueológico RS-C-43, na confecção do jogo trilha arqueológica para os alunos do 3º ano do ensino fundamental das escolas da rede municipal e estadual do município de Lindolfo Collor. Contudo, o jogo pode ser utilizado por alunos do ensino fundamental dos anos finais sempre que for importante e relacionado aos conteúdos desenvolvidos em sala. Para o desenvolvimento da cartilha e sua confecção final, foi realizado um trabalho em quatro etapas: A) pesquisa bibliográfica; B) pesquisa com o corpo docente; C) confecção da cartilha; e D) revisão e apresentação aos professores.

A pesquisa bibliográfica é uma parte muito importante na realização da confecção da trilha arqueológica, pois ela é o norte e o embasamento para o desenvolvimento do trabalho científico que desencadeará na confecção do jogo da trilha arqueológica. Para Pizzani *et al.* (2012, p. 54), entende-se como pesquisa bibliográfica “[...] a revisão de literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico” sendo esta pesquisa podendo ser através de livros, revistas, jornais, sites de internet e outras fontes. Já para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa biográfica coloca o pesquisador diretamente em contato com os assuntos que estão sendo abordados e estudados.

A pesquisa biográfica para a confecção do jogo, ocorreu com dois vieses. Um primeiro viés foi quanto às questões sobre os sítios arqueológicos, a questão histórica da evolução da humanidade. O segundo viés, sobre os jogos pedagógicos, sua história e sua importância e diferentes tipologias. O estudo não se limitou apenas ao período do embasamento teórico inicial, ocorreu durante todo o período de confecção do jogo, pois muitas dúvidas e reflexões aconteceram no desenvolvimento da trilha arqueológica e portanto, constantemente fez-se necessário a retomada das pesquisas.

Uma parte fundamental do desenvolvimento e criação da do jogo Trilha Arqueológica foi o contato com o corpo docente das escolas da rede municipal e estadual de Lindolfo Collor. Apesar de estar trabalhando 25 anos com a educação, é importante para a confecção da cartilha ouvir os professores que estão diariamente com os alunos em sala de aula, passando os conteúdos e interagindo com os alunos e entendo as necessidades e vendo os seus interesses. É na sala de aula que boa parte da educação acontece, pois como diz Andrea Ramal (2014), a sala de aula é um ambiente “de comunicação, onde pessoas com diferentes interesses e afinidades se encontram para aprender umas com as outras”.

O primeiro momento foi de escuta, levou-se para a escola o interesse de produzir um jogo voltado para educação e que pudesse ser usada em sala de aula, como um complemento pedagógico, tendo por tema o sítio arqueológico e a pré história. Antes de levar a ideia para os professores, conversou-se com a equipe diretiva de cada escola do município, apresentando projeto e o interesse pela participação efetiva dos professores de cada escola para criação do jogo, onde foi aprovado por todas as equipes diretivas.

Antes da apresentação sobre jogo de trilha, ouviu-se dos professores outros tipos de sugestões de jogos, como memória, dominó, jogos digitais e também jogos de trilha. Após escutar-se cada professor, apresentou-se cada etapa do projeto do jogo de trilha. Este diálogo foi muito importante, pois colocou o professor como um agente que contribuiu na realização do jogo, sentindo-se pertencente, bem como contribuiu para que o jogo também reflita os interesses e os anseios dos alunos. Para Freire (1980, p. 42) o diálogo é:

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial.

Deste diálogo, troca de informações e sugestões resultou na confecção da do jogo de trilha arqueológica. O olhar do professor que está em sala de aula, mostra aspectos que muitas vezes passam despercebidos, mas que são de grande importância na criação de um jogo de contribuição pedagógica. Dentre as diversas contribuições e sugestões, destaca-se as seguintes que foram colocadas no jogo: A letra bastão, pois muitos alunos estão em processo de alfabetização facilitando a leitura e escrita. Apesar de algumas crianças já conseguirem ler e escrever na letra cursiva, no 3º ano do fundamental, ela é mais indicada, pois há muitas diferenças de níveis de compreensão e entendimento conforme palavras de Katia Regina Rodrigues de Campos:

A escrita em letra bastão é mais fácil para as crianças, pois elas não precisam aprender a conectar as letras, como na letra cursiva. A letra bastão é formada por linhas retas e simples de serem feitas, permitindo que os pequenos se concentrem na formação correta de cada letra individual (CRESCER, 2023).

B) deve ser visualmente atrativo com imagens e colorido C) regras bem definidas. Jogos com regras ajudam a colocar limites, entender que o mundo também tem suas regras e que jogar em grupo um deve respeitar os outros e as regras impostas. Para Brenelli (2001, p. 185), jogos de regras são importantes, pois:

[...] os jogos de regras não só servem aos interesses infantis como também aos dos adolescentes, ultrapassando as barreiras que, com o avanço da idade, são impostas ao brincar, constituindo um poderoso instrumento que não se encontra circunscrito somente a sujeitos que apresentam dificuldades, antes, vem contribuir para o desenvolvimento e a aprendizagem de maneira geral de sujeitos de diferentes idades e diferentes níveis evolutivos.

Todas estas sugestões se fizeram presentes no jogo, e colaboram para que seja o mais atrativo e pedagogicamente correto para os alunos. Este momento de troca de ideias e informações com os professores, portanto, foi de extrema importância, pois como já descrito anteriormente, falando e informando-se com quem vive o cotidiano da sala de aula, auxilia ajuda a enriquecer ainda mais o jogo e colaborando para promover um sentimento de pertencimento, onde o professor contribui na criação jogo referente a uma parte da história do município e que será usado na sala de aula onde o professor leciona.

A confecção jogo trilha arqueológica tem como ideia central o sítio arqueológico RS-C-43 localizado no centro de Lindolfo Collor. O jogo foi confeccionado em duas partes sendo uma continuação da outra através de uma linha temporal que inicia no holoceno termina com a importância da escola na no estudo e preservação da história local através do sítio arqueológico. Completam o jogo a capa inicial e uma quarta parte onde estão as regras do jogo, vocabulário e imagens referentes ao sítio arqueológico

O jogo também apresenta também a inclusão de símbolos muito importantes em nossa localidade, a capivara e o ipê. A capivara é um animal que existe desde a chegada dos primeiros imigrantes em 1827, e que já habitavam Lindolfo Collor, quando o surgimento dos primeiros humanos. Já o Ipê é uma árvore que se encontra em vários locais da cidade e já pertence ao ambiente cotidiano dos habitantes. Com esses dois símbolos, trabalha-se o sentimento de pertença e cuidado com o que é vivenciado pelos estudantes.

Para confecção do jogo, utilizou-se a plataforma Canva, que é uma ferramenta que possibilita criar materiais para redes sociais, convites e jogos. As imagens foram tiradas da

internet ou criadas com a participação Jessica Schmitz, que também colaborou na montagem do layout final do jogo.

Na Figura 21, tem-se o material utilizado como fonte para confecção do jogo Trilha Arqueológica, retirado do livreto “Resgate Histórico de Lindolfo Collor”, de autoria do autor do presente trabalho.

Figura 21 - Capítulo do livro “Resgate Histórico de Lindolfo Collor”



Fonte: Autor (2023).

5.2.1 As partes do jogo

5.2.1.1 Capa

A capa do jogo mostra uma imagem ilustrativa da paisagem e do ambiente quando da presença dos primeiros habitantes em Lindolfo Collor. Estão presentes também a imagem da capivara e dos ipês símbolos do município (Figura 22).

Figura 22 - Capa



Fonte: Autor (2023).

5.2.1.2 Primeira parte do jogo

O jogo inicia-se a partir do holoceno e faz uma viagem de como era a vida do homem na pré-história. Além de contar de como era vida dos primeiros habitantes, quais dificuldades passavam, apresenta curiosidades sobre o período que antecede sua presença, bem como quanto de seu cotidiano. Para poder passar à segunda fase, é necessário completar a primeira etapa (Figura 23).

Figura 23 - Primeira parte do jogo



Fonte: Autor (2023).

5.2.1.3 Segunda parte do jogo

A segunda etapa do jogo aborda o sítio arqueológico e a importância da educação na preservação do patrimônio histórico. Em sua fase inicial apresenta o sítio arqueológico, quem o escavou, quais objetos foram usados para sua escavação e o que nele foi encontrado. A parte final fala da importância de preservar o sítio arqueológico e o quanto a escola tem um papel importante para sua conservação e preservação. Também durante a segunda etapa haverá curiosidades acerca da arqueologia (Figura 24).

Figura 24 - Segunda parte do jogo



Fonte: Autor (2023).

5.2.1.4 Parte final

Na parte final do jogo, encontram-se as regras estabelecidas, bem como a faixa etária e o número de participantes (Figura 25). Também se encontra uma legenda com palavras conhecidas principalmente no campo da arqueologia e da história, mas pouco usual no cotidiano dos alunos.

Figura 25 - Parte final

O JOGO

A TRILHA ARQUEOLÓGICA OCORRE EM DUAS PARTES. A PRIMEIRA PARTE CONTA COMO ERA A VIDA NA PRÉ HISTÓRIA, JÁ A SEGUNDA PARTE É SOBRE O SÍTIO ARQUEOLÓGICO RS - C - 43 E SUA IMPORTÂNCIA.

ITENS DO JOGO

- TABULEIRO
- QUATRO PEÇAS PARA AVANÇAR
- DADO

FAIXA ETÁRIA

ENSINO FUNDAMENTAL

REGRAS DO JOGO

- INICIA O JOGO O JOGADOR OU A EQUIPE QUE LANÇAR O DADO E TIRAR O MAIOR NÚMERO;
- QUANDO O JOGADOR OU A EQUIPE CHEGAR NAS ENCRUZILHADAS BASTA JOGAR O DADO PARA SABER QUAL O CAMINHO A PERCORRER: NÚMEROS ÍMPARES SEGUIEM UM CAMINHO E NÚMEROS PARES OUTRO CAMINHO, CONFORME INDICADO NO TABULEIRO;
- O JOGADOR SÓ PODERÁ JOGAR MAIS DE UMA VEZ SEGUINDO SE ESTIVER ESCRITO NA INDICAÇÃO;
- VENCE QUEM CHEGAR AO FINAL PRIMEIRO.

LEGENDA

12000 AP: A SIGLA AP SIGNIFICA ANTES DO PRESENTE. HOLOCENO: FAZ PARTE DO PERÍODO QUATERNÁRIO QUE COMEÇOU HÁ CERCA DE 12 MIL ANOS E QUE SEQUE ATÉ OS DIAS ATUAIS; NÔMADES: É UM ESTILO DE VIDA EM QUE AS PESSOAS NÃO POSSUEM HABITAÇÃO FIXA; UMBU: OS POVOS DA TRADIÇÃO UMBU FICARAM CONHECIDOS POR DUAS GRANDES INOVAÇÕES: O ARCO E FLECHA E A BOLEADERNA (ASMA COMPOSTA DE TRÊS BOLAS DE PEDRA LIGADAS ENTRE SI POR CORDAS DE COURO).

VENCER A TRILHA ARQUEOLÓGICA É LEGAL, MAS O MAIS IMPORTANTE É PARTICIPAR, APRENDER E SE DIVERTIR !

GALERIA DE FOTOS:



Fonte: Autor (2023).

Após a confecção do jogo, o mesmo foi novamente apresentado para os professores para uma revisão final. A aprovação foi positiva por parte do corpo docente, gostando das imagens, dos textos e da forma como foi montado. Em conversa com a Secretaria de Educação e Cultura de Lindolfo Collor, o jogo será distribuído para as escolas da rede municipal e estadual de ensino.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou teorias e práticas relacionadas à arqueologia, Sítio arqueológico RS-C-43: patrimônio cultural material, educação patrimonial, jogos educacionais, que foram de grande importância para o desenvolvimentismo da base teórica, para a produção do jogo trilha arqueológica. A arqueologia sempre esteve presente sendo estudada e discutida em grupos reduzidos na sociedade, contudo, a democratização de sua importância como fonte de estudo para a preservação da memória e entendimento que como a humanidade evoluiu, se faz necessário, e para isso a educação cumpre um papel fundamental.

Quando trazemos para discussão a arqueologia, através do Sítio Arqueológico RS-C-43, compreendemos a importância da preservação do patrimônio material, e também um aspecto muito importante e que contribui para a formação de uma sociedade com uma forte identidade e que perpetua sua memória, o sentimento de pertença, pois quando eu me identifico com o lugar em que eu vivo, o valorizo, trago sentimentos de cuidado, de preservação de sua identidade e potencializo na comunidade a importância do valor do patrimônio cultural material e imaterial local.

Dentro deste contexto, a realização do produto final, é o resultado de um longo estudo que analisou a educação patrimonial e suas possibilidades para a educação e o cotidiano da sala de aula. Trazer arqueologia, através do sítio arqueológico RS-C-43 para ambiente da educação, é um desafio, mas pavimentamos um caminho que aproxima a história passada à sociedade atual que necessita se identificar trazendo consigo valores como identidade, pertencimento, valorização, hereditariedade e saberes.

Importante salientar que iniciativas anteriores já ocorreram e que ainda ocorrem com a finalidade de resgatar o estudo do sítio arqueológico, com a publicação de pequenos textos e visitas guiadas, que agregam e contribuem na produção de materiais referentes ao sítio arqueológico e a valorização da cultura material, mas que não tiveram um aprofundamento biográfico e amplitude que atingisse um maior grupo de pessoas como o jogo trilha arqueológica.

A confecção do jogo trilha arqueológica teve, portanto, como objetivo alavancar a educação patrimonial, através da participação das escolas, na interação com os professores que estão no cotidiano da sala de aula, trazendo a luz à importância da preservação do patrimônio material de nosso município.

A confecção do jogo trilha arqueológica, contudo, é uma importante iniciativa de trazer para a escola a importância da preservação do patrimônio material. Abre-se um campo maior

para cada vez mais trabalhar outras questões voltadas ao patrimônio que vão muito além da questão do pertencimento e do cuidado do sítio arqueológico e de sua preservação. É trazer de forma mais efetiva para dentro da educação o patrimônio, tornando seu estudo mais efetivo nas disciplinas e no currículo das escolas da rede municipal e estadual.

Portanto, considerando as questões expostas, pode-se concluir que o estudo aqui desenvolvido atingiu seus objetivos, onde debateu-se sobre a importância da preservação do patrimônio material local, trazendo para o ambiente escolar uma nova ferramenta pedagógica para contribuir na aprendizagem dos alunos, o jogo trilha arqueológica, e novas discussões e projetos relacionados ao tema patrimônio, tanto material como também imaterial.

REFERÊNCIAS

A IMPORTÂNCIA da educação para o desenvolvimento social. **Instituto Algar**, Uberlândia, 2023. Disponível em: <https://www.institutoalgar.org.br/educacao-desenvolvimento-social/> . Acesso em: 01 maio 2023.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

ARROYO, Michele Abreu. Educação patrimonial ou a cidade como espaço educativo?. **Revista Outro Olhar**, Belo Horizonte, v. 4, n. 4, out. 2005b.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **O patrimônio**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de; KRAISCH, Adriana Machado Pimentel de Oliveira. A relação entre história, memória e arqueologia: a arte rupestre no município de São João do Cariri. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais [...]**. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

BARBOSA, Hamilton Elias. **A construção histórica do sentimento de infância**. 2007. 19 f. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Salgado de Oliveira, Goiânia, 2007.

BARON, Dan. **Alfabetização cultural: a luta íntima por uma nova humanidade**. São Paulo: Alfarrábio, 2004.

BIANCHI, Sara Rebecca. **A importância da motivação na aprendizagem no Ensino Fundamental**. 2011. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

BISSA, Walter Mareschi; DIAS, Adriana Schmidt; CATHARINO, Eduardo Luís Martins. Reconstituição paleoclimática do vale do Rio Caí, nordeste do Rio Grande do Sul, com ênfase nas ocupações humanas. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 19, p. 143-154, 2009.

BONINI, Luci M. M.; PEREIRA, Rute P. F. **Rezadeiras e rezadores da Festa do Divino Espírito Santo de Mogi das Cruzes**. São Paulo: Editae, 2016.

BRASIL. Agência Nacional de Telecomunicações. **Em 2022, Brasil registrou 9,5 mil escolas sem acesso à internet**. Brasília, 31 maio 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/anatel/pt-br/assuntos/noticias/em-2022-brasil-registrou-9-5-mil-escolas-sem-acesso-a-internet>. Acesso em: 04 jun. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 24056, 06 dez. 1937.

BRASIL. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jul. 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 1998.

BRENELLI, Rosely Palermo. Espaço lúdico e diagnóstico em dificuldades de aprendizagem: contribuição do jogo de regras. *In*: SISTO, Fermino Fernandes *et al.* (Orgs.). **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 167-189.

BUSQUETS, Maria Dolores *et al.* **Temas transversais em educação**: bases para uma formação integral. 6. ed. Tradução: Cláudia Schilling. São Paulo: Ática, 2000.

CARDOSO, Maykon Dhonnes de Oliveira; BATISTA, Letícia Alves. Educação Infantil: o lúdico no processo de formação do indivíduo e suas especificidades. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 23, jun. 2021.

CARDOSO, Diogo *et al.* Espacialidades e ressonâncias do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. **GOT - Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, Porto, n. 11, p. 83-98, jun. 2017.

CARVALHO, Nazaré C. Lúdico: sujeito proibido de entrar na escola. **Motrivivência**, Florianópolis, ano 8, n. 9, p. 300-307, dez. 1996.

CHAVES, Ricardo. Brizoletas: a campanha pela alfabetização no Rio Grande do Sul na década de 1960. **GZH**, Porto Alegre, 05 fev. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2019/02/brizoletas-a-campanha-pela-alfabetizacao-no-rio-grande-do-sul-na-decada-de-1960-cjrs6w0kt010r01tdvgq9xa6f.html>. Acesso em: 13 maio 2023.

CONHEÇA a história do uso dos jogos na educação. **Ensino Superior**, São Paulo, 20 maio 2016. Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/2016/05/25/conheca-a-historia-do-uso-dos-jogos-na-educacao/>. Acesso em: 05 maio 2023.

DELGADO NETO, Geraldo Gonçalves. **Uma contribuição à metodologia de projeto para o desenvolvimento de jogos e brinquedos infantis**. 2005. 188 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

DIAS, Adriana S. Da tipologia à tecnologia. Reflexões sobre a variabilidade das indústrias líticas da Tradição Umbu. *In*: BUENO, Lucas; ISNARDIS, Andrei. **Das pedras aos homens**: tecnologia lítica na arqueologia brasileira. Belo Horizonte: FAPEMIG, 2007. p. 33-66.

DIAS, Adriana S. Estudo da representatividade de pontas de projétil líticas enquanto marcadores temporais para a Tradição Umbu. *In*: KERN, Arno Alvarez (Org.). **Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Porto Alegre: Edipucrs, 1996. p. 309-332.

DINELLO, Raimundo Angel. **Os jogos e as ludotecas**. Santa Maria: Pallotti, 2004.

FALKEMBACH, Gilse A. Morgental. **O lúdico e os jogos educacionais**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação, 2006.

FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos. A construção de atrativos turísticos com a comunidade. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002. p. 59-74.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto; CARVALHO, Carlos Henrique de. Escolarização e Analfabetismo no Brasil: estudo das mensagens dos presidentes dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890-1930). *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 12., 2014, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: UFG, 2014. p. 1-12.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim *et al.* **Educação patrimonial: histórico, conceitos**. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. 63 p.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução: Kátia de Melo e Silva. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho D'Água, 1997.

FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. **Essa escola chamada vida**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1988.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Patrimônio e memória: considerações sobre os bens culturais**. Ribeirão Preto: Centro Universitário Barão de Mauá, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GALHARDO, Danilo Alexandre *et al.* Modelização gráfica da pré-história do Rio Grande do Sul: os sítios arqueológicos ameríndios, culturas e temporalidades. **Confins**, São Paulo, n. 36, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.13918>. Acesso em: 19 abr. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GILL, Carmem Zeli de Vargas. Patrimônio cultural e ensino de história: reflexões sobre a remoção de uma vila de classes populares. *In: SILVA, Adriana Fraga da et al. (Orgs.). Ensino da história no Conesul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras*. Porto Alegre: Evangraf/Unipampa Jaguarão, 2013. p. 147-162.

GRUNBERG, Evelina; HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999,

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

ICHER, François (Org.). **Regards sur le patrimoine**. Montpellier: CRDP, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Lindolfo Collor**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/lindolfo-collor/panorama>. Acesso em: 19 out. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação patrimonial**. Brasília, 2022a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>. Acesso em: 22 ago. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio arqueológico**. Brasília, 2022b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1376/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

INSTITUTO IVOTI. Curso de História. Turma de Arqueologia e Pré-História do Brasil. **Sítios arqueológicos: da Região de Ivoti e do baixo Vale do Rio Caí**. Ivoti: Instituto Ivoti, 2019. Disponível em: https://issuu.com/caio Coelho6/docs/isei_s_tios_arqueol_gicos. Acesso em: 16 out. 2022.

JOHN, Nara Marlei. Identificação, valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural. *In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA*, 11., 2012, Rio Grande. **Anais [...]**. Rio Grande: FURG, 2012.

JUNCKES, Rosani Casanova. **A prática docente em sala de aula: mediação pedagógica**. Tubarão: Campus Universitário de Tubarão, 2013.

KISHIMOTO, Tizuko M. **Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação**. Petrópolis: Vozes, 1993.

- LEITE, Renata. Dificuldade de concentração e menor participação viram queixas nas escolas após pandemia. **Terra**, São Paulo, 25 maio 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/dificuldade-de-concentracao-e-menor-participacao-viram-queixas-nas-escolas-apos-pandemia,011e7ce6e7adc2c6129624ed8c90beeah7rxhcz1.html>. Acesso em: 06 jun. 2023.
- LEITE, Susana. O desembarque dos primeiros imigrantes alemães no Brasil. **Jornal VS**, São Leopoldo, 22 jul. 2014. Disponível em: https://www.jornalvs.com.br/_conteudo/2014/07/noticias/regiao/66746-o-desembarque-dos-primeiros-imigrantes-alemaes-no-brasil.html. Acesso em: 22 out. 2022.
- LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense S.A., 1981.
- LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense S.A., 1987.
- LEONE, Fernanda Regina *et al.* Evolução dos jogos na educação. In: BERNHARD, Rafael; OLIVEIRA, Raimundo Corrêa; FREITAS, Silvia Regina Sampaio (Orgs.). **Serious Games - do lúdico à educação**. 1. ed. Ponta Grossa: Atena, 2023, p. 1-19.
- LIMA, José Milton. **O jogo como recurso pedagógico no contexto educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.
- LINDOLFO COLLOR. **Documento Orientador Territorial Municipal**. Lindolfo Collor: Secretaria Municipal de Educação Cultura e Turismo, 2019.
- LINDOLFO COLLOR. **Lei Municipal nº 1.441, de 30 de setembro de 2021**. Cria o sistema municipal de cultura de Lindolfo Collor e dá outras providências. Lindolfo Collor: Câmara Municipal de Vereadores, 2021. Disponível em: <https://lindolfocollor.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7628&cdDiploma=20211441&NroLei=1.441&Word=0&Word2=>. Acesso em: 22 out. 2022.
- LIRA, Bruno Carneiro. **Práticas pedagógicas para o século XXI: a sociointeração digital e o humanismo ético**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- LUZ, Juliana Aparecida Rocha. **Estudo da tecnologia de peças líticas lascadas no Vale do Rio Paranapanema: Sítios Arqueológicos Vallone e Gurucaia**. 2010. 218f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia Sicoli; PASSOS, Norimar Christe. **Aprender com jogos e situações-problema**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- MACHADO, Neli Teresinha Galarce; RODRIGUES, Giseli Giovanella. A importância da memória para uma cidade. **Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v. 2, n. 2, p. 23-26, 2010.
- MAIA, Rodrigo; HERÉDIA, Thais; COELHO, Larissa. Educação brasileira está em último lugar em ranking de competitividade. **CNN Brasil**, São Paulo, 17 jun. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/educacao-brasileira-esta-em-ultimo-lugar-em-ranking-de-competitividade/>. Acessado em: 01 maio 2023.

MELO, Fabio. **Trabalhismo e Educação no RS - Passado e presente.** **PDT RS**, Porto Alegre, 18 jul. 2017. Disponível em: <http://www.pdtrs.org.br/rs/movimentos-sociais/juventude-socialista/259-trabalhismo-e-educacao-no-rs-passado-e-presente>. Acesso em: 16 maio 2023.

MORAES, Allana Pessanha. **Educação patrimonial: uma proposta curricular.** 2005. Monografia (Bacharelado em Ciência da Educação) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2005.

MORAES, Leticia Baldasso; MARINHO, Alcyane. Brizoletas: um passeio pela memória, patrimônio cultural e educação. **Educação**, Santa Maria, v. 42, n. 3, p. 615-628, 2017.

MÜLLER, Luíz. Brizoletas - A Educação levada aos mais longínquos rincões, ao contrário dos nossos dias. **Luíz Müller Blog**, [S. l.], 22 ago. 2021. Disponível em: https://www.upf.br/Media/20210822122937-17710120_165941.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.

NALLIN, Cláudia Goés Franco. **O papel dos e brincadeiras na educação infantil.** 2005. 35 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectiva 1872-2000. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 218-269, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração mundial sobre educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien: ONU, 1990. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/educar/todos.htm>. Acesso em: 29 maio 2023.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de história. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1997.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de história. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PARANÁ. Secretaria da Educação. **Organização do Trabalho Pedagógico - Pensadores da Educação - Carl Rogers.** Curitiba, 2022. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=329>. Acesso em: 28 out. 2022.

PASSERINO, Liliana Maria. Avaliação de jogos educativos computadorizados. In: TALLER INTERNACIONAL DE SOFTWARES EDUCATIVOS, 3., 1998, Santiago. **Anais [...]**. Santiago: [s. n.], 1998.

PELEGRINI, Sandra. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140, jan./jun. 2006.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação.** São Paulo: Brasiliense, 2009.

PETRY, Leopoldo. **São Leopoldo.** São Leopoldo: Oficinas Gráficas Rotermund, 1966.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagens e representação.** Rio de Janeiro: Zanar, 1978.

PIZZANI, Luciana *et al.* A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 53-66, jul./dez. 2012.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, out./nov. 1992.

POMPE, Carlos. O ensino nos primeiros anos da República. **Contee**, Brasília, 18 jul. 2018. Disponível em: <https://contee.org.br/o-ensino-nos-primeiros-anos-da-republica/>. Acesso em: 16 maio 2023.

POR QUE as crianças aprendem primeiro a escrever em letra bastão e só depois em letra cursiva?. **Crescer**, São Paulo, 17 abr. 2023. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/criancas/educacao/noticia/2023/04/por-que-as-criancas-aprendem-primeiro-a-escrever-em-letra-bastao-e-so-depois-em-letra-cursiva.ghtml>. Acesso em: 16 maio 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUADROS, Claudemir de. Brizoletas: a ação do governo de Leonel Brizola na educação pública do Rio Grande do Sul (1959-1963). **Teias**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, p. 1-12, jan./jun. 2001.

QUAIS países investem mais em educação?. **Hotcourses Brasil**, [S. l.], 04 out. 2021. Disponível em: <https://www.hotcourses.com.br/study-abroad-info/city-focus/quais-paises-investem-mais-em-educacao/>. Acesso em: 01 maio 2023.

RAMAL, Andrea. A educação de hoje estimula ou reduz a participação dos jovens na política?. **G1**, São Paulo, 30 jul. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/blog/andrea-ramal/post/educacao-de-hoje-estimula-ou-reduz-participacao-dos-jovens-na-politica.html>. Acesso em: 06 jul. 2023.

RAMBO, Arthur Blásio. **A escola comunitária teuto-brasileira católica.** São Leopoldo: Unisinos, 1994.

REIS, Elisa Meirelles. Dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil, alerta UNICEF. **UNICEF Brasil**, Brasília, 15 set. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil>. Acesso em: 02 mar. 2023.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. A visão dos grupos pré-cerâmicos e as necessidades de pesquisas. **Biblos**, Rio Grande, v. 7, p. 95-101, 1995.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. Pré-história do Rio Grande do Sul: a história dos primeiros habitantes. *In*: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). **Temas de história do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: FURG, 1994.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. **G030 - Bacia Hidrográfica do Rio Caí**. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://sema.rs.gov.br/g030-bh-cai>. Acesso em: 06 maio 2023.

RIPIO, Rafael. Jogos de tabuleiro para crianças: como eles ajudam a desenvolver habilidades. **Ripio**, [S. l.], 10 jun. 2022. Disponível em: <https://www.ripio.com.br/jogos-de-tabuleiro-para-criancas/>. Acesso em: 06 set. 23.

RODRIGUES, Marly. Patrimônio, idéia que nem sempre é prática. *In*: BRASIL. Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal. **A construção da cidade de Brasília**. Brasília: DPHA, 1998.

SÃO PAULO. **Bandeirantes e jesuítas**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://cidadedesaopaulo.com/historia/exemplo-6/?lang=pt>. Acesso em: 05 maio 2023.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1991.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. O estudo das indústrias líticas: o PRONAPA, seus seguidores e imitadores. *In*: BUENO, Lucas; ISNARDIS, Andrei. **Das pedras aos homens: tecnologia lítica na arqueologia brasileira**. Belo Horizonte: FAPEMIG, 2007. p. 21-32.

SEYFERTH, Giralda. Conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. *In*: FIORI, Neide Almeida (Org.). **Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres**. Florianópolis: UFSC; Tubarão: Umisul, 2003. p. 21-61.

SOARES, André Luís Ramos. Dr. Jeckyl and Mister Hide ou “A educação patrimonial serve a quem?”. *In*: MAGALHÃES, Leandro Henrique; ZANON, Elisa Roberta; CASTELO BRANCO, Patrícia Martins (Orgs.). **A construção de políticas patrimoniais: ações preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do país**. Londrina: Unifil, 2009. p. 19-34.

SOARES, André Luís Ramos; OOSTERBEEK, Luiz Miguel. Educação patrimonial: um exemplo de teoria e prática na gestão do patrimônio cultural brasileiro. *In*: CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; SANTOS, Marcos César Pereira (Orgs.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: educação contextualizada arqueologia e diversidade (volume III)**. Criciúma: EdiUnesc, 2018. p. 44-64.

SOUZA, Igor Alexander Nascimento de. Educação patrimonial nos documentos patrimoniais: constituição de 1988 e planos de salvaguarda. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MUTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 7., 2011, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2011.